

O Estado de S. Paulo:
o debate em torno do pós-guerra (1942-1945)

Alexandre Andrade da Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, AA. *Caleidoscópio político: as representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (1938-1945)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 371 p. ISBN 978-85-7983-113-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3

O ESTADO DE S. PAULO: O DEBATE EM TORNO DO PÓS-GUERRA (1942-1945)

O colapso totalitário e a luta pela redemocratização

O que mais aflige a egolatria, sem dúvida, a egolatria totalitária no momento presente, é saber que, terminada esta guerra com a vitória inglesa, não haverá outro imperialismo britânico senão o que existiu até 1941 e que, em vez de afirmar seu domínio e sua força, o programa na Comunidade Britânica será o de diferentes ações de independência e liberdade, de acordo com a nova era do renascimento democrático que se aproxima.¹

Tudo leva a crer que a fera do nazismo já está mortalmente ferida e se aproxima da agonia.²

A França será mais uma vez a França, purificada pelo infortúnio, mais amiga, mais ardente, mais espontânea e mais reforçada, menos desejosa de uma vida fácil, mais atenta aos seus deveres,

1 Cf. "O imperialismo britânico" in *O Estado de S. Paulo*, 14 ago. 1943, p.12, grifo nosso.

2 Cf. "Virá a paz?" in *O Estado de S. Paulo*, 2 mar. 1943, p.12.

*mais uma vez zelosa em servir ao ideal que, há 150 anos, ela deu ao mundo. Esse ideal – que é o objetivo da guerra de nossos aliados – pode ser sintetizado numa única palavra – DEMOCRACIA.*³

O período compreendido entre 1942 e 1945 guarda muitas reviravoltas no que se refere tanto ao cenário externo quanto ao interno. Durante esses anos, as vitórias alemãs eclipsaram-se diante de uma coalizão mundial que, aos poucos, conseguiu derrubar o regime inaugurado por Hitler em 1933. Batalhas como a de Stalingrado, Kursk, a invasão da Normandia, os bombardeios aéreos sob as cidades alemãs e as bombas atômicas lançadas sob o já derrotado Japão completaram o quadro de destruição e sofrimento que se iniciara em 1939 e que marcaria o século XX como o da violência.

No Brasil, pressionado pelos norte-americanos, que entraram na guerra após o ataque japonês a Pearl Harbor, o presidente Getúlio Vargas não tinha meios para continuar com a hesitação que caracterizara os anos anteriores. Em agosto de 1942, declarou guerra aos totalitarismos acompanhando os Aliados na contenda que se alastrou por todo o globo. A participação direta no conflito teve consequências imediatas para o Estado Novo, que, com a derrota da Alemanha, sucumbiu com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

Nesse sentido, pretende-se realizar uma análise sistemática dos comentários publicados para tentar apreender quais foram as estratégias utilizadas pelos colaboradores para escrever acerca dos acontecimentos e batalhas que decidiram o conflito nesses anos. Além disso, por meio da comparação entre o número de artigos assinados e não assinados, poderemos concluir se a redação continuou com a preponderância da escrita que se verificou durante a primeira parte

3 Cf. “A epopeia americana na África do Norte” in *O Estado de S. Paulo*, 18 nov. 1942, p.10, destaque no original. Henry Torres, segundo a nota introdutória a seu texto, era um “nome sobejamente conhecido no Brasil, pois foi professor das Faculdades de Direito do Rio e de São Paulo, advogado e jornalista eminente, diretor do jornal ‘Voiz de France’, que se edita em Nova York”.

desta pesquisa ou se a intervenção do periódico foi exposta efetivamente com a participação brasileira na contenda.

Mudança na fonte, transformações sociais, reviravoltas no teatro da guerra, revelações de atos desumanos, deposição de Getúlio Vargas, vitória dos princípios de 1789: são esses alguns problemas com os quais nos defrontaremos nessa fase. Mais do que compreender como os articulistas vivenciaram todos esses fatos, trata-se de evidenciar de que forma os rastros deixados por eles, por meio de seus textos, revelavam a força e a amplitude dos fios que interligavam todas as nações do globo num conflito que se denominara total.

Entre 7 de abril de 1940 e 30 de novembro de 1942, a direção jornalística e econômica da empresa ficou a cargo de Abner Mourão. Na edição de 1º de dezembro de 1942, contudo, seu nome passou a figurar como diretor da redação, o cargo de diretor-presidente foi ocupado por Gabriel Monteiro da Silva, o de diretor-superintendente por Pelágio Lobo e o de diretor-gerente por Francisco de Castro Ramos. Entretanto, tal arranjo não perdurou.

Em 1943 ocorreram significativas mudanças no que concerne à direção do jornal e à censura. Abner Mourão ocupou o cargo de diretor da redação, enquanto Mario Guastini passou a figurar como redator-chefe do jornal. O domínio desses dois jornalistas indica a complexidade das relações entre a imprensa e o poder no período, bem como sua articulação ao jogo político. Nos anos 1930, Abner Mourão, diretor do *Correio Paulistano*, e Mario Guastini, diretor do *Jornal do Comércio*, apoiavam a candidatura governista contra a Aliança Liberal. Entre os periódicos que cerraram fileiras junto à candidatura de Getúlio Vargas estava o jornal *O Estado de S. Paulo* (cf. Sodré, 1999, p.371). Vê-se que, em alguns anos, inverteram-se os papéis: em virtude das batalhas políticas iniciadas em 1932, o *Estado*, antes partidário da revolução, terminou ocupado por aqueles que, àquele tempo, pugnavam pelos situacionistas.

Pelágio Lobo, por sua vez, foi designado diretor-presidente e Francisco de Castro Ramos, diretor-gerente. Com a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (Deip), ramificações do DIP nos Estados, Mario Guastini acumulou, a partir

de 1944, quando da demissão de Candido Mota Filho, o cargo de redator-chefe e o de diretor-geral do Deip de São Paulo.

Afastado da presidência para assumir o cargo de diretor do Departamento de Municipalidades, o nome de Gabriel Monteiro da Silva não constava no matutino a partir de 1º de julho de 1943; até 17 do mesmo mês, o nome de Francisco de Castro Ramos foi centralizado junto ao cabeçalho e os de Pelágio Lobo e Abner Mourão ocupavam as extremidades esquerda e direita, respectivamente.

No dia subsequente, pela primeira vez, figurou o nome de Sud Mennucci,⁴ como diretor-superintendente, enquanto Pelágio Lobo, alçado a diretor-presidente, teve o nome colocado no centro da página logo acima do de Francisco de Castro Ramos. Abner Mourão permaneceu como diretor da redação na extremidade superior direita. Ainda em 1943 ocorreu a mudança definitiva: no dia 3 de dezembro, o nome de Sud Mennucci foi retirado e ficaram como responsáveis pela publicação do periódico até 1945: Pelágio Lobo, como diretor-presidente, Francisco de Castro Ramos, como diretor-gerente e Abner Mourão, responsável pela redação.

Pelágio Lobo, nasceu em Campinas, em 1888. Foi memorialista, historiador, biógrafo, conferencista, jornalista, advogado, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Sociedade Paulista de Escritores e do Clube Piratininga. Sua atuação na direção do periódico ocorreu no mesmo momento em que se observam as mudanças nos comentários no que concerne à assinatura, pois foi a partir de 1943 que, após alternadas publicações, os textos não assinados desapareceram, dando lugar aos que indicavam autoria. Essas modificações guardavam profunda e direta relação com as que ocorriam nos órgãos responsáveis pela imprensa brasileira nesse período.

4 Sud Mennucci era um intelectual que trabalhara no periódico quando este era dirigido por Julio de Mesquita. Segundo Paulo Duarte (1977, v.6, p.299), ele, juntamente com Correa de Melo e Breno Ferraz do Amaral, era “redator de categoria”. Talvez essa relação progressiva explique a curta passagem de Sud Mennucci pelo periódico nesse momento.

Em 29 de julho de 1943, dias após a saída do major Coelho dos Reis da direção-geral do DIP, na qual fora substituído pelo capitão Amílcar Dutra de Menezes, que dirigiu o órgão até 1945, o jornal publicou um texto nas “Notícias do Rio” em que o nome do ex-diretor do *Jornal do Comércio*, Mario Guastini, figurava como o de redator-chefe de *O Estado de S. Paulo* e como diretor de Divisão de Imprensa do Deip de São Paulo.

O Deip fora criado, segundo Silvana Goulart (1990, p.77), pelo Decreto-lei n.2.557, de 4 de setembro de 1940, e tinha por objetivo “estender a função do DIP aos Estados, contando com a colaboração de seus governos”. O Deip em São Paulo, ainda segundo a mesma autora, fora instituído por Adhemar de Barros, pelo Decreto-lei n.11.849, de 13 de fevereiro de 1941, subordinado diretamente ao interventor.

Candido Mota Filho foi o escolhido para ocupar o cargo de diretor-geral do Deip paulista. No jornal publicado no dia 11 de junho de 1942, ao descrever o processo que classificou de “padronização da imprensa”, J. S. afirmou:

Candido Mota Filho, mestre de direito e mestre no jornalismo, escreveu e disse, na inauguração festiva do Deip, as melhores palavras que já ouvi como justificativa da criação desses órgãos de propaganda estatal, ainda mal compreendidos das minorias azedas (ilegível) e das maldizentes neurastenias.⁵

O “mestre de direito e mestre no jornalismo” permaneceu na diretoria-geral até 5 de maio de 1944. O novo-diretor geral foi apresentado aos leitores, por meio de um texto não assinado, no dia subsequente:

O “Correio da Noite” publica hoje a seguinte nota: tendo o professor Candido Mota Filho solicitado exoneração desse cargo, acaba de ser designado pelo Interventor Fernando Costa o sr. Mario Guas-

5 Cf. “Notícias do Rio. Padronização da Imprensa” in *O Estado de S. Paulo*, 11 jun. 1942, p.1.

tini, diretor da Divisão de Imprensa e Propaganda e Radiodifusão daquele departamento para responder pelo expediente da diretoria-geral. O ato do chefe do Executivo Paulista teve os melhores aplausos nos altos círculos administrativos do país e em particular nos meios jornalísticos, onde o sr. Mario Guastini é figura de grande projeção. Redator de *O Estado de S. Paulo* e antigo diretor do *Jornal do Comércio*, o distinto confrade sempre se revelou um jornalista vibrante com um acervo de excelentes serviços prestados a São Paulo e ao Brasil. Chamado para exercer tão elevado posto, o Governo de São Paulo veio de premiar por seus justos títulos em operoso e inteligente colaborador da atual administração bandeirante.⁶

A modificação na direção-geral do Deip estadual refletiu no jornal visivelmente. Foi a partir dessa época, na qual a vitória aliada era já incontestável, que a política interna voltou à cena com flagrante destaque. Os textos que Mario Guastini publicava ao lado das “Notas e Informações” gradualmente cresceram em virulência na defesa da manutenção do governo do presidente Getulio Vargas contra as pretensões oposicionistas desde o final de 1943 cada vez mais articuladas.

No que se refere às características dos quadros não houve nenhuma alteração ou inovação.⁷ Permaneceram no centro da página e eram compostos pela aglutinação de duas ou três colunas aparecendo, em efêmeras ocasiões, na parte inferior. No período estudado, ou seja, de 2 de dezembro de 1942 a 31 de agosto de 1945, publicaram-se 865 quadros, dos quais 37 sem subscrição e 828 assinados.⁸ Nota-se que, em relação à fase anterior, apesar da alternância entre assinados e não assinados permanecer até 20 de agosto de 1943, quando foi publicado o último comentário sem assinatura, as estatísticas inverteram-se

6 Cf. “A direção do DEIP de São Paulo” in *O Estado de S. Paulo*, 6 maio 1944, p.14.

7 Os mapas constituem uma exceção, pois se tornaram cada vez mais específicos com a inserção dos símbolos e bandeiras dos países em conflito. Para uma visualização, ver Anexos.

8 A totalidade dos comentários publicados nesta etapa segue nos Anexos.

vertiginosamente, pois, se elas eram antes de 82,30% (sem definição de autoria) e 17,70% (definidos), nessa etapa passaram a 95,72% (com autoria) e somente 4,28% (sem definição).

Enquanto na primeira fase o número de comentários assinados constituiu-se em minoria, agora formaram a essência do material estudado. Nota-se que as notícias vindas das agências de informação ainda mantiveram seu espaço na publicação, tendo, assim, permanecido o critério de transcrever textos de jornalistas estrangeiros de renome, como Geneviève Tabouis, por exemplo, que apareceu nos dois momentos.

A predominância nas publicações com autoria definida coube, todavia, a colaboradores brasileiros e estrangeiros aqui exilados. Entre os primeiros, destacava-se o nome do tenente-coronel Lima Figueiredo, responsável por seis séries e 112 artigos. É interessante notar que o Exército sempre manteve um colaborador no jornal: primeiro com o major, depois tenente-coronel Afonso de Carvalho, com 24 textos, e, em seguida, Lima Figueiredo.⁹

Merecem especial atenção dois outros nomes, que estão presentes também na primeira fase da pesquisa: Luiz Amador Sanchez, apresentado “ex-diplomata espanhol” e um dos professores de espanhol da Universidade de São Paulo, e o conde Emmanuel de Bennigsen, emigrado russo residente na capital paulista. Entre abril de 1938 e dezembro de 1941, eles publicaram 15 e 16 comentários, enquanto entre janeiro de 1942 e agosto de 1945 somaram 36 e 317, respectivamente.

Pode-se afirmar que, após 20 de agosto de 1943, data em que aparece o último comentário sem assinatura, quatro colaboradores tomaram para si ou foram designados a descrever o cenário internacional: conde Emmanuel de Bennigsen, Rogério P. Sampaio, S. Harcourt-Rivington e Lima Figueiredo. Entre eles, é possível

9 Vale lembrar ainda que ambos faziam parte da diretoria de duas revistas de grande relevância nesse período: *A Nação Armada*, dirigida por Afonso de Carvalho, que congregava elementos de variados setores da sociedade civil e militar, e *A Defesa Nacional*, da qual Lima Figueiredo era um dos diretores, juntamente com o Coronel Renato Batista Nunes e os tenentes-coronéis Djalma Ribeiro e Batista Gonçalves. Ver Tabela 1 dos Anexos.

estabelecer outra divisão: os dois últimos publicaram inúmeros comentários em forma de série, enquanto os dois primeiros escreviam sobre assuntos diversos, muitas vezes dialogando entre si. Essas divergências de pontos de vista entre os dois autores são sintomáticas, pois evidenciam que nesse espaço havia lugar para as dissonâncias, enquanto nas outras páginas o pensamento seguia, inexoravelmente, os porta-vozes do governo varguista.

A Tabela 5 dos Anexos elenca todas as séries publicadas e evidencia a preponderância desses dois colaboradores, pois, dos 19 títulos, o economista inglês S. Harcourt-Rivington foi responsável por cinco, e o tenente-coronel Lima Figueiredo, por seis séries. Isso demonstra uma total modificação no que se refere à primeira fase da pesquisa, uma vez que, naquele período, a grande maioria dos textos não levava assinatura, estratégia que se coadunava com uma tradição do jornal de imputar esses textos ao jornal como um todo.

Outra mudança sensível foi a que ocorreu nas séries: antes, elas foram extraídas de livros publicados àquela época; nesse segundo momento, deu-se o inverso, as séries foram criadas pelos autores e, posteriormente, foram publicadas nesse formato. Como exemplo, pode-se citar o livro de Lima Figueiredo sobre o Japão, resultado da compilação de seus comentários publicados em *O Estado de S. Paulo*. Assim como na fase anterior, as séries guardavam profunda relação com o momento em que foram publicadas.

Os textos escritos por S. Harcourt-Rivington tinham, na grande maioria das vezes, cunho econômico, enquanto os de Lima Figueiredo voltavam-se para os problemas do Oriente, notadamente os japoneses.¹⁰ Nas séries publicadas por S. Harcourt-Rivington, o Brasil

10 Em um texto publicado em agosto de 1944, sobre sua relação com o Japão, dizia o militar brasileiro: “Quando, ainda menino, eu cursava o Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1915, recebi como prêmio um livro intitulado ‘Leituras Militares’. [...] Nele, havia páginas dedicadas exclusivamente aos bravos soldados e marinheiros japoneses. Várias e sucessivas leituras foram feitas e, após cada uma delas, mais eu admirava Oyama, Nogui e Tojo. Na formação da minha intelectualidade esses homens entraram como heróis de larga projeção no cenário universal. [...] E assim, ao ser distinguido pelo Governo com um posto em

desempenharia um papel fundamental no futuro e seria, segundo ele, o que os norte-americanos foram no século XIX.¹¹ Percebe-se que os autores preocupavam-se com assuntos que estavam associados ao cenário internacional – no caso de Lima Figueiredo as séries cobrem o período de auge e decadência do poderio nipônico – e com projeções acerca do futuro – as séries do economista inglês S. Harcourt-Rivington sobre o Brasil e sobre a paz são o melhor exemplo dessa perspectiva.

Entre 1943 e 1945, os principais temas abordados pelos colaboradores ligavam-se ao pós-guerra. A Alemanha e o Japão foram representados como derrotados, enquanto os Estados Unidos e a União Soviética apareceram como as superpotências vencedoras. O papel da Inglaterra, na visão dos colaboradores, diminuía muito nessa segunda fase, tendo seu momento heroico marcado pela resistência nos anos de 1940-1941. A entrada do Brasil na guerra a partir de agosto de 1942 não foi assunto dos comentários, que se voltavam para a Europa e para o Pacífico, mas seu futuro foi analisado por

Tóquio, a fim de observar o incidente sino-japonês, senti uma alegria inenarrável, como se eu tivesse conquistado o impossível. [...] Empolguei-me, quero ser sincero, gostei do Japão. E, em discurso, afirmei: ‘Parto daqui mais saudoso do que quando deixei minha pátria, onde deixei minha família, meu chefe e meus amigos, porque ao afastar-me do Brasil eu sabia que, algum dia, regressaria e, ao Japão, tenho certeza, jamais retornarei’. [...] Afinal chegou o dia do inopinado ataque a Pearl Harbour e do massacre de gente de raça branca em Hong Kong e Cingapura. Da minha memória fugiu a lembrança dos dias felizes que vi no Japão; passei a odiar os políticos vesgos e os militares estultos, que, sonhando com a hegemonia, na Ásia, lançaram o país num abismo insondável, destruindo o halo de uma história plurissecular” (“Eu e o Japão” in *O Estado de S. Paulo*, 27 ago. 1944, p.1).

- 11 O artigo publicado na edição de 7 de abril de 1944 sentenciava que: “O Brasil é agora a chave econômica da paz e da prosperidade mundiais. Estou convencido de que este país será chamado a tomar decisões de caráter mundial, as quais terão o poder de modificar para sempre sua posição entre as nações. Vou ainda mais longe. Na minha opinião, como consequência, o Brasil dominará o mundo na nova era de desenvolvimento mundial na mesma proporção que os Estados Unidos o fizeram no período compreendido entre 1880 e o início da guerra. [...] Sem a menor sombra de dúvida, este é o século do Brasil” (“O futuro do Brasil – Nos planos da paz” in *O Estado de S. Paulo*, 7 abr. 1944, p.1).

uma das séries publicadas pelo jornal. Enquanto nos textos publicados em destaque evitava-se ao máximo escrever sobre o país e seus problemas políticos, esse debate ocorre nas “Notícias do Rio” e nos artigos que Mario Guastini inseria ao lado das tradicionais “Notas e Informações”.

Observe-se que as representações construídas acerca do cenário internacional passavam, inexoravelmente, pelas mãos de pelo menos um dos representantes da ditadura: Abner Mourão era o diretor da redação, enquanto Mario Guastini ocupou os cargos de redator-chefe, diretor de Divisão do Deip e, a partir de maio de 1944, era ele o diretor-geral desse órgão. Assim, o regime varguista não apenas ocupou o periódico e o transformou em um porta-voz, mas o inseriu na própria estrutura da censura, uma vez que os responsáveis pelo matutino foram alçados aos cargos máximos do aparelho repressivo. Dessa forma, as mudanças efetuadas nos comentários, nessa fase, não podem ser entendidas somente como reflexo da mudança do curso da guerra nos campos de batalha, porque também sinalizava uma maior interferência no que concernia às análises que os colaboradores publicavam.

A derrota alemã no sul da Rússia e no continente africano que em fins de 1942 se delineava visivelmente, apesar de não ser definitiva, acabou com o mito da invencibilidade da *Wehrmacht* e mostrou que os Aliados poderiam vencer o inimigo. Esses fatores fizeram com que alguns dos colaboradores acreditassem que desse momento em diante a Alemanha estava definitivamente perdida e que ela não seria mais capaz de empreender outra ofensiva com sucesso.

O otimismo era um dos sintomas dessa apreensão da realidade que se iniciara em 1943. Nos primeiros dias de janeiro desse ano, o conde Emmanuel de Bennisen afirmava: “podemos dizer, sem risco de nos enganarmos, que a vitória já está assegurada aos Aliados, porém, não devemos esperar que Alemanha peça a paz de um dia para o outro. [...] poderemos esperar a ruína da Alemanha até o fim de 1943”.

É imprescindível ressaltar o quanto essas modificações representavam de diferente no que se referia ao andamento da guerra. Apenas

alguns meses atrás, o Eixo dominava a África e, em Stalingrado, os colaboradores acompanhavam os combates não por bairros ou setores, mas rua a rua e cada derrota russa era sentida universalmente. Agora, o autor não só atestava a melhora da condição dos Aliados para o combate, mas assegurava que até o final do ano a Alemanha estaria vencida.

O *turning point* não se verificou somente nesses *fronts*. Também no continente europeu, onde a Alemanha mantinha severa vigilância, os movimentos de resistência amplificaram sua atuação, causando sérios transtornos aos alemães. O método utilizado pelos franceses nessa luta contra o conquistador foi comentado por Denise Davey, da Interamericana, no dia 23 de janeiro:

o campo de batalha francês não foi totalmente abandonado. Cerca de meio milhão de cidadãos franceses continua combatendo calmamente, trabalhando subterraneamente. [...] O exército clandestino divide-se em duas unidades combatentes, a saber: uma ativa e outra passiva, que dedica a maior parte de seu tempo à propaganda. [...] Existe, porém, um novo aspecto. Cada escavação dispõe de uma pedra para marcação de pontos presa à parede e na qual se vê um curioso friso feito de sinais algébricos. Um sinal “mais” significa um soldado alemão morto. Se o sinal é duplo, significa que o morto era oficial. Um sinal “menos” significa a morte de um soldado do exército clandestino. As trincheiras estão cheias de símbolos.¹²

A atuação dos movimentos de resistência em países como a França e a Iugoslávia,¹³ onde essa luta teve uma violência mais acentuada, parecia comprovar a assertiva de um dos colaboradores que, em 1942, comparando a situação atual com a de 1918, afirmava que,

12 Cf. “As lutas subterrâneas na França” in *O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 1943, p.12.

13 Os colaboradores deram ampla cobertura ao movimento iugoslavo e às lutas entre as duas facções rivais naquele país, os partidários de Tito e os de Mikailovitch.

naquela data, a contestação partiu do centro para a periferia e que, nesse momento, a resistência perfazia um sentido inverso, saindo das margens do sistema para o centro.¹⁴

Em fevereiro a batalha de Stalingrado estava praticamente terminada¹⁵ e o saldo era extremamente negativo para os germânicos não só em soldados e material, mas especialmente no que se refere à moral dos soldados e da população civil alemã, que J. Sarmiento de Beires assim caracterizava: “a opinião pública e a psicologia coletiva sempre viveram na ilusão de uma invencibilidade tabu, que os acontecimentos se estão encarregando de destruir”.¹⁶

Alguns dos números e detalhes da derrota foram publicados em 4 de fevereiro em um dos comentários que não identificavam autoria: “a imprensa mundial noticiava a prisão de vinte e quatro generais, inclusive um marechal, e cerca de 2.500 oficiais do exército alemão no setor da fortaleza do Volga”.¹⁷

Hitler “considerava a conquista da grande cidade como um ponto de honra” e o sexto exército cercado em Stalingrado teve todos os pe-

14 Num texto sem autoria definida, se asseverava que “A ação das retaguardas tende a disseminar-se. Em 1918, o movimento dos sacrificados foi do centro para a periferia, isto é, de Berlim para o resto do Império, chegando às trincheiras. Há indícios de que na presente guerra o movimento irá da periferia para o centro” (“O medo da retaguarda” in *O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1942, p.16).

15 Antony Beevor (2008b, p.448, 461-2), sobre a batalha o final da batalha, assinalou que “é improvável que o fim tenha sido inesperado, ou mesmo repentino, mas os defensores russos achavam difícil acreditar que terminara a batalha de Stalingrado. Quando pensavam nela e lembravam os mortos, sua própria sobrevivência os espantava. De cada divisão enviada pelo Volga, não mais que uma centena de homens sobreviveu. Em toda a campanha de Stalingrado, o Exército Vermelho sofrera 1 milhão e 100 mil baixas, das quais 485. 751 haviam sido fatais. [...] As macabras provas do combate não desapareceram com muita rapidez. Depois que o Volga descongelou na primavera, encontraram-se calombos de pele enegrecida, coagulada na margem do rio. O general De Gaulle, quando parou em Stalingrado a caminho do norte para Moscou, em dezembro de 1944, ficou impressionado ao descobrir que corpos continuavam sendo desenterrados, mas isso continuaria por várias décadas. Quase toda obra de construção na cidade revelava restos humanos da batalha”.

16 Cf. “A batalha da Tunísia” in *O Estado de S. Paulo*, 7 fev. 1943, p.12.

17 Cf. “Rússia-Finlândia” in *O Estado de S. Paulo*, 4 fev. 1943, p.1.

ditos para recuar negados pelo Führer. Foi nessa localidade ainda que o chanceler alemão mobilizou contra Von Paulus um elemento simbólico: antes do fim, nomeou-o marechal, colocando sobre ele todo o peso que essa nomeação significava, uma vez que até o momento nenhum marechal do Reich alemão capitulara diante do inimigo.¹⁸

O efeito do fracasso na captura da cidade fez-se sentir rapidamente no mundo todo.¹⁹ Notou-se uma elevação do prestígio da União Soviética, que realizara aquilo que muitos consideravam improvável: vencer as divisões mecanizadas alemãs. Todavia, os colaboradores não deixaram de lembrar ao leitor que até nessa vitória soviética as democracias desempenharam um papel fundamental. No dia 17 do mesmo mês, lia-se que

18 Cf. “Estratégia de aventura” in *O Estado de S. Paulo*, 6 fev. 1943, p.12. O colaborador caracterizava de aventureira a estratégia da *Wehrmacht* na Rússia.

19 No país vencedor, conforme Antony Beevor (2008b, p.458-9), “As divisões de Stalingrado foram distribuídas a diferentes exércitos e frentes, a fim de levantar ainda mais o moral. Stalin logo foi nomeado marechal da União Soviética pelo Presidium do Soviete Supremo da URSS, um toque marginalmente mais modesto que o próprio Napoleão coroando a si mesmo. A história da guerra de repente foi refeita. Os desastres de 1941 passaram a parecer como se fossem todos parte de um astuto plano concebido por Stalin. Seu retrato e nome haviam sido mantidos fora da imprensa durante os períodos ruins, mas agora ‘o grande capitão do povo soviético’, o gênio organizador de nossas vitórias, voltava ao primeiro plano. Todos os desastres e todos os males eram atribuídos a outros, um tanto como os cortesãos eram os culpados na época czarista. Iliá Ehrenburg, com surpreendente cinismo, observou que o povo ‘precisava acreditar’. Até os prisioneiros do Gulag escreveram ao Grande Pai do Povo, convencidos de que ele iria intervir para corrigir um terrível erro judiciário, impensável sob o comunismo. [...] Na Grã-Bretanha, o rei Jorge VI encomendou uma Espada de Stalingrado a ser forjada para presentear a cidade”. Uma interessante descrição a respeito da evolução, no que se referia aos títulos dos governantes russos, foi exposta por Moshe Lewin (2007). De acordo com ele: “O título de ‘czar’ – o equivalente russo para o *Kaiser* alemão e o *Caesar* latino – tirado de *Ivan, o terrível*, era mais imponente; adotado por alguém como ele, chegava a soar ameaçador. Finalmente, Pedro, o grande, optou por *Imperador* como o mais prestigiado de todos. Seus sucessores manteriam toda uma lista de títulos, começando com *Imperador*. Stalin queria encontrar seu lugar nessa lista de precedências. Como não havia nada acima de ‘imperador’, entretanto, se definiu como ‘generalíssimo’ – título que nenhum czar nunca usou”.

o famoso “General Inverno” não é pois o melhor cabo de guerra como se fazia crer. As derrotas das divisões germânicas na frente oriental não foram decretadas somente por esse aliado. Muito mais forte que ele e que maiores danos vem causando às divisões totalitárias que invadiram o território russo se nos afigura a cooperação anglo-americana. [...] Aos exércitos das Nações Unidas, devem os russos um grande favor, nesta luta de vida ou de morte que vem sustentando contra as hostes de Hitler. Graças a essa ampla e poderosa cooperação, os soldados soviéticos podem realizar com êxito sua missão na atual campanha militar.²⁰

A luta contra a União Soviética passara de guerra de agressão para guerra defensiva no discurso dos alemães. Essa modificação, a qual se referia aos objetivos do conflito, foi apontada pelos colaboradores em 6 de março, quando um articulista demonstrou que

é de notar que nos seus últimos discursos os dirigentes nacional-socialistas afirmaram que visam “apenas” salvar o mundo do perigo da ameaça russa, quando, no auge do avanço de suas forças que pelas estepes soviéticas, acentuavam, cinicamente, que queriam obter espaço vital para o povo do grande Terceiro Reich.²¹

Até aquele momento o foco no que concernia à guerra estava concentrado na técnica e nas estratégias técnicas utilizadas pelos beligerantes com destaque para a Alemanha e suas vitórias no período de 1938-1941. A transformação do clima que envolvia o andamento

20 Cf. “O inverno na frente oriental” in *O Estado de S. Paulo*, 17 fev. 1943, p.1. Alguns dos números relativos ao auxílio norte-americano constam da obra de Hellmuth G. Dahms (1968, p.254). De acordo com este autor, “até fins de agosto de 1943 os americanos tinham fornecido aos soviéticos, pelo acordo de empréstimo, 6.207 aviões, 5.389 dos quais haviam chegado ao seu destino. Até mais ou menos a mesma época o número de caminhões e jipes americanos entregues à União Soviética elevava-se a 138.000. Somavam-se navios, tanques e canhões, 912.000 toneladas de aço, 1.500 toneladas de mantimentos e grandes quantidades de outros materiais bélicos”.

21 Cf. “Objetivos alemães” in *O Estado de S. Paulo*, 6 mar. 1943, p.1.

da conflagração levou o ex-diplomata espanhol Luiz Amador Sanchez a reabilitar a figura dos heróis românticos e a contrapor os dois soldados que travavam o embate atual:

já se disse que passou a época do herói romântico da guerra cavaleiresca, do soldado generoso. Se passou mesmo, essa época deve voltar porque estamos vendo que esse soldado romântico e entusiasta é que pode vencer o soldado máquina inventado por Hitler. Os exércitos do “passo de ganso” são exércitos oprimidos com ferro e aço, desprovidos de alma, incapazes de perceber a alegria de morrer por sua aventura gloriosa. As milícias que parecem improvisadas nas tropas coloniais inglesas cantam hinos e canções desconhecidos pelas “panzerdivisionen” e pela infantaria alemã, pois estas só ouvem o eco surdo de suas próprias máquinas e os discursos do “Führer”.²²

Nessa segunda etapa nota-se uma mudança também no que concerne ao papel que os colaboradores atribuíam à aviação. Durante a primeira fase da pesquisa, que cobria os anos de vitória da Alemanha, eles escreveram comentários que assinalavam que o poder aéreo não poderia ser decisivo. Nesse momento, em que as derrotas do Eixo acumulavam-se, os responsáveis pela publicação não só definiam a arma aérea como decisiva, mas afirmam ser ela imprescindível para a finalização da contenda.²³

A escalada de ataques aéreos ao continente dominado pela Alemanha foi constantemente ressaltada pelos jornalistas, que chegaram a

22 Cf. “As tropas coloniais inglesas” in *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 1943, p.12.

23 O economista inglês S. Harcourt-Rivington, ao escrever sobre a evolução da aviação enquanto arma, afirmou: “Desde 1939, o tamanho, a velocidade e o alcance, a altura máxima em voo e a segurança dos aviões fizeram progressos tão notáveis que os aparelhos de antes da guerra mais parecem espécimes de museu. Hoje em dia, nenhum desenvolvimento parece estar fora do círculo da probabilidade imediata. Os aviões poderão, em breve, subir e descer verticalmente, sustentar-se imóveis no ar como beija-flor, voar para a frente e para a retaguarda e ser de mais fácil manejo do que o mais moderno dos automóveis” (cf. “Princípios fundamentais da paz – O controle da aviação” in *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1944, p.1).

desejar que ela se elevasse e atingisse cada vez mais cidades alemãs. No dia 30, por exemplo, o leitor encontrava: “a Real Força Aérea britânica efetuou, no sábado, o seu 59º ataque à capital do Reich. [...] Nada menos de mil toneladas de bombas explosivas e incendiárias foram lançadas em Berlim, por 500 aparelhos de bombardeio da R.A.F.”.²⁴

A certeza na vitória levou os colaboradores a analisar os possíveis problemas que as Nações Unidas enfrentariam no pós-guerra. No dia 24 de julho, R. P. Samps, ao distinguir as tarefas dos homens incumbidos dos negócios da guerra daqueles que tratavam da política, assinalava que

à medida que as tropas aliadas, metódica e seguramente, vão ganhando terreno na Sicília, tornando cada vez mais grave a posição das forças do Eixo, que a defendem, os governantes responsáveis pela futura organização do mundo demonstram maior interesse pelo estudo das providências que deverão ser adotadas, tendo em vista a solução dos numerosos problemas decorrentes da terrível conflagração atual. [...] Se aos militares cabe o sacrifício de derramar o sangue nos campos de batalha, numa prova de altíssima renúncia, a bem de seus semelhantes, aos homens de Estado, deve ser reservada a tarefa não menos importante de reajustar as relações internacionais, de reequilibrar a máquina administrativa, de dar-lhe funcionamento harmonioso, numa correspondência o mais possível perfeita com as necessidades dos povos. [...] Que se estudem exaustivamente os meios de encontrar para os homens um regime de fraternidade e paz porque se mostram tão ansiosos. O autor relembra os equívocos cometidos depois da Primeira Guerra e entende que agora há mais estudo e vigilância.²⁵

Duas outras questões que surgiram, já em 1943, no que se refere ao problema do pós-guerra e que adquiririam dimensões de ampla repercussão no futuro foram os planos para a Alemanha derrotada

24 Cf. “Atividade aérea” in *O Estado de S. Paulo*, 30 mar. 1943, p.1. Ver gráficos nos Anexos.

25 Cf. “Regimes de após-guerra” in *O Estado de S. Paulo*, 24 jul. 1943, p.1.

e das fronteiras russo-polonesas. No primeiro caso, podem-se citar dois exemplos de como esses planos variavam na intensidade: em 15 de outubro, comentando o desenvolvimento da guerra na frente do Dnieper, disse R. P. Samps:

são às dezenas, os projetos planos relativos à vida da Alemanha de após-guerra. Uns trazem em seu bojo excesso de ideias de vingança, outros, excesso de liberalismo. Ninguém, porém, negará que é justo, justíssimo que se obriguem os jovens alemães que praticaram os atos de destruição que hoje se observam a repará-los pelo seu próprio trabalho.²⁶

Um outro exemplo foi o que escreveu S. Harcourt-Rivington, economista inglês, que assinou vários textos publicados nesse período. Para ele, para garantir a legalidade, era necessário estabelecer medidas no que tangia à educação, à prevenção e à correção. Como referentes à educação ele recomendava revisar livros “principalmente os de história”, filmes etc.; à prevenção elencou o desarmamento, a ocupação do Ruhr, entre outras; quanto à correção, afirmava que:

as punições poderão assumir tal caráter que servirão de exemplo salutar. Os convictos das brutalidades que desgraçaram esta era deverão experimentar um pouco de sofrimento físico que tão malignamente infligiram às suas vítimas inofensivas. Deverão, pois, ser açoitados. Os agressores potenciais deverão sentir que as nações civilizadas não admitem a bestialidade nem mesmo em tempo de guerra.²⁷

No segundo caso, consequência dos progressos da contraofensiva russa na frente oriental, assumia relevância palpável a questão das

26 Cf. “A frente do Dnieper” in *O Estado de S. Paulo*, 15 out. 1943, p.14. Em outubro de 1944, o conde Emmanuel de Bennisgen comentava outro plano: “já sabemos que a ocupação da Renânia, que durou oito anos depois da Primeira Grande Guerra, foi insuficiente para prevenir a segunda, e podemos afirmar que desta vez uma ocupação de pelo menos vinte anos é necessária” (cf. “Últimos planos para o futuro da Alemanha” in *O Estado de S. Paulo*, 4 out. 1944).

27 Cf. “Princípios fundamentais da paz VI – Garantias” in *O Estado de S. Paulo*, 29 out. 1943, p.1.

fronteiras entre a Rússia e a Polônia. Não se pode esquecer de que as relações entre os dois países não foram das mais cordiais mesmo antes da eclosão da guerra. Na verdade, a tensão entre eles foi mesmo uma das causas do conflito, uma vez que a recusa polonesa em permitir que os russos passassem por seus territórios no caso de uma agressão alemã foi a razão principal para o malogro das negociações franco-anglo-soviéticas em agosto de 1939.

Dessa forma, o interesse em observar como seriam resolvidos os problemas fronteiriços entre as duas nações era justificado pela história pregressa e poderia mostrar como, se vitoriosa, a União Soviética desempenharia seu papel no concerto político internacional. Publicado no dia 18 de novembro, o comentário de Rogério P. Sampaio assim apresentava a questão:

Ainda há poucos dias, um porta-voz russo declarou que as forças de seu país deveriam percorrer uns 450 quilômetros a fim de chegar às fronteiras da Polônia. Ora, como as tropas soviéticas já estão a 150 quilômetros da linha demarcatória dessa nação, linha anterior ao pacto Ribentropp-Molotov, conclui-se que os russos se referem à nova fronteira decorrente daquele pacto e segundo a qual cerca de metade do território polonês passou para a União Soviética. [...] Não quer isso dizer que se possa admitir que o território da Polônia venha a ser retalhado, cousa que repugna as mentalidades sãs. Um povo de tradição, de cultura, com tantas contribuições para a civilização como o polonês tem o direito de viver livremente. Se tal não acontecer, depois desta guerra, é porque não as conseguiu, com os sacrifícios que as Nações Aliadas ora fazem aquilo que todos pensam está sendo obtido. [...] Pregando – a Rússia – como tem feito o princípio da defesa intransigente da sua história, de sua civilização, estão automaticamente reconhecendo aos outros países idênticos direito. Eis porque se deve aguardar o momento oportuno para analisar se valeu ou não a grande luta que estão sustentando, no que concerne aos verdadeiros interesses dos povos.²⁸

28 Cf. “O problema das fronteiras” in *O Estado de S. Paulo*, 18 nov. 1943, p.1.

As relações russo-polonesas possuíam uma característica que ia além dos campos de batalha: ela trazia o leitor à mais pura realidade. Nesse momento, os colaboradores do jornal e boa parte do mundo acreditavam que a guerra se travava por um ideal, que, uma vez vitorioso, traria a paz perpétua e a harmonia entre as nações. Como demonstrou no texto citado, Rogério P. Sampaio, ao discorrer sobre o assunto, mostrou que os russos pareciam testar os limites dessa luta e desse ideal, lançando essas assertivas para verificar que tipo de reações elas provocariam entre os Aliados. A última oração do comentário revela que, para o autor, esse problema fronteiriço servia como medida para validar os sofrimentos que a guerra trouxera e de sua solução dependeria uma aceitação de que a guerra fora dura, mas justa. Qualquer solução contrária, segundo ele, conspurcaria o real significado que a contenda adquirira.

Outro aspecto da guerra que transpareceu nas páginas do jornal foi a questão dos crimes cometidos pelos alemães na Alemanha e nos territórios ocupados. Trabalho forçado e extermínio foram aspectos desses crimes, os quais apareceram no matutino entre junho e novembro de 1943. No que concerne ao primeiro, analisando a magnitude do problema na Alemanha, escreveu Philip Carr que:

o Reich não está disposto apenas a combater até o último soldado, e sim até o último operário de armamentos e de munições dos seus aliados e das nações subjugadas. [...] o Reich obrigou homens e mulheres das nações conquistadas a trabalhar na manufatura de munições e outros suprimentos. Algumas vezes, esses operários permanecem na própria pátria e são empregados nas fábricas locais, adaptadas para melhor servirem aos desígnios alemães. Contudo, os alemães descobriram que se torna mais fácil mantê-los na submissão, se os operários são deportados em massa, para a Alemanha, deixando na pátria suas esposas e famílias. Realizaram-se, assim, verdadeiras trocas maciças de populações operárias. [...] De um modo igual, de cada quatro operários trabalhando atualmente na Alemanha, um é estrangeiro, e mais de 6 milhões de estrangeiros, homens e mulheres, trabalham na indústria de guerra e na agricultura. [...]

Em agosto de 1942, o sr. Sauckel, encarregado da distribuição da mão de obra e dos suprimentos na Alemanha, baixou um decreto especial, dando poder aos grandes funcionários alemães nos países ocupados para recrutar estrangeiros, e esses funcionários não hesitaram em usar seu poder. Cerca de um ou dois milhões de poloneses, uma parte trabalhando na terra e outra nas indústrias e nas minas, bem como 250 mil belgas estão incluídos entre os contingentes de trabalhadores estrangeiros.²⁹

Em relação ao segundo aspecto, as informações prestadas pelos colaboradores eram muito detalhadas, estando o foco no território polonês e no método utilizado pelos germânicos para matar:

O efeito dos últimos acontecimentos sobre o moral alemão tornou-se tão assinalado que o chanceler Hitler se viu obrigado a reforçar ainda mais o seu domínio sobre a população civil alemã e europeia. Para isso, nomeou Himmler, ministro do interior do Reich, com poderes arbitrários sobre a vida de todos os cidadãos não incluídos nas forças armadas. [...] Essa nomeação evidencia que o Führer sabe que cresce entre seus compatriotas uma revolta surda contra os métodos de seu governo. [...] Em virtude da autoridade sem limites dada a Himmler, a sua “Geheime Staats Polizei”, universalmente conhecida como Gestapo, possui hoje poderes verdadeiramente despóticos. [...] A autonomia da Gestapo está assim, completa. [...] Seus membros não devem fidelidade se não ao Führer. Seu trabalho consiste em aniquilar toda e qualquer oposição ao regime nazista. [...] As funções da Gestapo foram, pela primeira vez, enunciadas na

29 Cf. “Trabalho forçado na Alemanha” in *O Estado de S. Paulo*, 22 jun. 1943, p.1. Na entrevista concedida por Fritz Sauckel a Leon Goldensohn (2005, p.261), ele explicou que “Os 5 milhões de trabalhadores estrangeiros recebiam o mesmo tratamento dos alemães. É preciso distinguir entre o tratamento de Himmler e o meu tratamento da mão de obra estrangeira. Havia cerca de 2 milhões de trabalhadores voluntários; os outros 3 milhões vieram para a Alemanha por lei. Perguntei o que ele queria dizer com ‘por lei’. Bem, os franceses, por exemplo, tinham um governo e fizeram essas pessoas virem para a Alemanha”.

lei do Reich, número 2.034 de 1936 (?). [...] Executa – a Gestapo – as deportações, os confiscos de propriedades, de toda a espécie, e estabelece alemães nas fazendas e firmas expropriadas. Incumbe-se ainda do extermínio total da população israelita. A “Gestapo” organizou um sistema de terrorismo nunca antes conhecido na história. Sua característica fundamental é uma crueldade fria e super-refinada, além de um prazer sádico na prática da opressão. A Gestapo executa o assassinio em massa por meio de gás letal, em câmaras especiais, e em “trens da morte”, por meio da ação da cal viva. [...] *O próprio Himmler declarou o objetivo de sua organização com as seguintes palavras: “A nossa tarefa consiste em germanizar. Não é apenas levar a língua alemã e as leis do Reich aos povos que habitam as áreas que conquistamos, mas assegurar a vida somente aos povos de origem genuinamente teutônica”*.³⁰

A oração em destaque permite levantar a hipótese de que o autor inglês se referia ao discurso, ou a partes dele – o que se afigura mais provável –, que Heinrich Himmler realizou, em 6 de outubro desse ano, na reunião dos Reichsleiter e Gauleiter em Posen, no qual ele falou acerca da solução final do problema judaico.³¹

30 Cf. “Himmler e a sua Gestapo” in *O Estado de S. Paulo*, 19 nov. 1943, p.1, grifo nosso.

31 Nesse discurso, ele afirmava: “desejo falar agora, a esta audiência plenamente restrita, a respeito de uma questão que vocês, meus colegas de partido, consideram, há muito tempo, uma questão banal, mas a qual se tornou, para mim, o fardo mais pesado de minha vida – a questão dos judeus. Todos vocês concordam, prazerosamente, com o fato de que não há mais judeus em suas províncias. Todos os alemães, com mui poucas exceções, compreendem perfeitamente bem que nós não poderíamos ter resistido aos bombardeios e às tensões do quarto, ou talvez no futuro, do quinto e até mesmo do sexto ano de guerra, se a praga ainda estivesse presente em nosso meio político. Era fácil falar a breve frase: ‘Os judeus devem ser exterminados’, mas as exigências que recaem sobre aqueles que têm de colocá-la em prática são as mais árduas e mais difíceis do mundo. [...] Peço a vocês que escutem, mas que nunca comentem o que eu estou dizendo hoje aqui. Nós fomos defrontados pela seguinte pergunta: ‘E quanto às mulheres e crianças?’ E eu decidi, também aqui, procurar encontrar uma solução inequívoca. Pois achei que não era justo exterminar – significando aqui matar ou

A organização do mundo de após-guerra e o futuro político das nações representaram um dos problemas centrais das análises dos colaboradores do jornal ocupado. Em 5 de março de 1944, o conde Emmanuel de Bennisen analisou a divisão do mundo entre duas correntes que se destacavam nesse período: o individualismo e o coletivismo. Segundo ele, o resultado desse embate era imprevisível e não era novo, uma vez que “o antagonismo entre e ao mesmo tempo a influência recíproca entre o indivíduo e as massas existiram e existirão sempre”.³²

Na política, o final do conflito prometia, ainda segundo os colaboradores, uma segunda divisão, uma cisão em dois campos ideológicos rivais. No dia 2 de dezembro, analisando o futuro da Itália, um jornalista afirmava que

os quatro anos de ocupação alemã destruíram muitas ideias de outrora e deixaram os povos subjugados numa encruzilhada entre as ideologias mais opostas. Não raro isso foi benéfico porque foram principalmente destruídos preconceitos antiquados... [...] Enquanto escrevo estas linhas o General De Gaulle se encontra em Moscou, onde, como se afirma na imprensa aliada, deverá discutir a questão dos blocos europeus regionais. Neste caso, encontramos-nos diante

mandando matar – os homens e deixar que seus filhos crescessem para se vingarem nos nossos filhos e netos. A difícil decisão tinha que ser tomada, e ela consiste em fazer com que essas pessoas desaparecessem da face da Terra. A ordem resultante dessa decisão era, para a organização incumbida de executá-la, a mais difícil que já havia recebido... Acho que posso dizer que ela foi executada sem prejudicar as mentes ou os espíritos de nossos homens e de nossos líderes. O perigo era grande e estava sempre presente. Pois a diferença entre as duas alternativas... tornar-se cruel e insensível e não respeitar mais a vida humana, ou tornar-se meigo e deixar-se vencer pela fraqueza e por colapsos nervosos... a distância entre Cila e Caríbde é surpreendentemente pequena. [...] cuidem de guardar essa informação somente com vocês. Mais tarde, talvez, nós decidiremos se o povo alemão deve saber disso ou não. Mas eu acho que é melhor, para nós como um todo, assumamos a responsabilidade... responsabilidade pela realização de uma façanha, e não pela concepção de uma ideia... depois levando conosco para o túmulo...” (Sereny, 1998, p.549-51).

32 Cf. “Grandes homens” in *O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1944, p.36.

de duas concepções políticas que dividem a Inglaterra e a Rússia. A política inglesa deseja a formação de dois blocos, que deveriam confrontar-se, é verdade, amigavelmente, na Europa Ocidental e Oriental. Ao contrário, Moscou opôs-se a tal separação dos atuais aliados, receando, ao que parece, que o sistema possa transformar-se numa reconstituição do “cordon sanitaire” contra a URSS, dos primeiros anos após a paz de Versalhes.³³

Com a derrota do Eixo aproximando-se cada vez mais rapidamente, o conde Emmanuel de Bennisen passara a realizar uma espécie de balanço dos principais problemas que afetavam o mundo àquela altura.³⁴ Em 1943, o emigrado russo já se questionava se não seria mais adequado denominar os Estados Unidos e a Rússia de superpotências e, em 18 de janeiro, ao analisar a situação dos norte-americanos no após-guerra, concluía ele:

A situação nos Estados Unidos é por enquanto muito complicada. As diversas tendências estão numa luta tão encarniçada como não se observou no país desde a guerra de secessão, e é impossível prever qual será o seu resultado. Mas é a primeira vez que o capitalismo encontra uma séria oposição de princípios, e o povo começa a ter novas ideias, que subsistirão depois dessas eleições e que certamente terão uma grande importância no destino do país.³⁵

A relação desse emigrado russo com o progresso material e intelectual norte-americano era pautada pelas críticas e pela desconfiança

33 Cf. “O futuro da Itália” in *O Estado de S. Paulo*, 2 dez. 1944, p.1.

34 Em um dos comentários, assinalou o jornalista russo: “com a libertação dos países ocidentais do jugo alemão, chegou para o capitalismo a hora do grande balanço. [...] penso que a ‘revolução espiritual’ tomará, ao realizar-se na Europa, um rumo evolucionário na maioria dos países que sofreram realmente da guerra e poderá ter complicações perigosas nos países para os quais a guerra e a revolução foram ideias abstratas” (cf. “A revolução espiritual” in *O Estado de S. Paulo*, 11 jan. 1945, p.1).

35 Cf. “As eleições presidenciais nos Estados Unidos” in *O Estado de S. Paulo*, 18 jan. 1944, p.1.

de que os Estados Unidos não sairiam da guerra sem modificações, fossem elas de caráter social ou econômico. A avaliação que o conde Emmanuel de Bennigsen fazia das massas estadunidenses também não era das mais positivas, especialmente se comparada aos elogios gratuitos que teceu à França, nação que considerava superior.

Os colaboradores elogiaram as táticas e estratégias utilizadas pelos soviéticos durante as campanhas de inverno do ano anterior. Segundo eles, a “sinuosa” técnica militar empregada pelo Alto Comando do Exército Vermelho confundia os alemães, que passaram de inovadores a conservadores no que se referia aos estratagemas militares. Rogério P. Sampaio, ao estudar os movimentos do exército soviético, sentenciava que:

Os êxitos do exército russo, desde Stalingrado para cá, dão-nos o exemplo de uma força de movimentos que se fazem concomitantemente e ao longo de extensa frente de milhares de quilômetros. Em muitas ocasiões, fica-se admirado de observar movimentos aparentemente impossíveis, ante a necessidade que se vislumbra de ordens rápidas para que tais ações se possam desenvolver. [...] Apesar da complexidade da organização do exército soviético, fatos inerentes a um grande corpo, e ainda aumentada pelo que se passa na esfera civil cuja influência não deixa de ser muito forte, especialmente num Estado onde o governo tomou a seu cargo a direção de todos os negócios importantes – verifica-se que essa força é dotada da capacidade de realizar movimentos autênticos, tendo por base apenas a observação da diretriz geral da campanha. Os chefes de corpos de exército dispõem de uma grande liberdade de ação, que somente se coaduna com a direção geral das operações de guerra, ante a experiência que vem tendo, há muito tempo, de autonomia de ação dentro da orientação geral. Até na nomenclatura, o que se nota no exército russo é muitas vezes diferente do que se passa nos outros países. Assim, a palavra “frente”, que para nós significa uma certa área geográfica, representa, para os soviéticos especialmente, um grupo de forças combatentes ligadas ao nome do general que o comanda. E é interessante verificar que, para os russos, tal se reveste de uma significação especial, que é a de encorajar o espírito

dessas tropas mediante a nomeação de seus oficiais e soldados que se destacaram no campo das operações.³⁶

O entendimento que os responsáveis pela publicação tiveram a respeito das táticas da União Soviética lembra a situação inglesa na fase anterior. Em comparação ao pragmatismo alemão e à agilidade que as decisões são tomadas em uma ditadura, uma vez que não se faz necessário chancela de nenhum outro poder, exceto o do ditador no processo de tomada de decisões, os colaboradores mostraram que os ingleses souberam transformar sua democracia rapidamente em um regime que mantinha a liberdade e, concomitantemente, agia celereamente. No caso soviético, ocorre processo semelhante, mas inverso: apesar de o regime stalinista ser ditatorial, há nos regimentos do exército, segundo o autor, liberdade de ação, o que facilita as decisões que têm de ser tomadas no calor da batalha, enquanto os alemães aferram-se às ordens vindas de Berlim, perdendo com isso tempo e iniciativa.

À medida que a guerra parecia caminhar para um desfecho favorável aos Aliados, os colaboradores voltaram suas vistas à questão dos criminosos de guerra. Nos textos que tratavam desse assunto, a postura variava entre duas concepções distintas: uma responsabilizava todo o povo alemão pelos crimes, enquanto a outra imputava às personalidades que estavam no topo da hierarquia governista a culpa pelos excessos cometidos nos territórios ocupados e na própria Alemanha. É importante ressaltar que essa divisão estava em harmonia com a indecisão entre os líderes das potências aliadas sobre esse assunto porque durante muito tempo eles não chegavam a um acordo sobre o tema.³⁷

Em dezembro de 1943, os soviéticos realizaram, por conta própria, o primeiro julgamento de criminosos de guerra de que se teve notícia. O jornal publicou, em 28 de janeiro, um comentário de Rogério P. Sampaio, no qual o colaborador concluía:

36 Cf. “Forças armadas russas” in *O Estado de S. Paulo*, 9 mar. 1944, p.1.

37 Stalin, por exemplo, estava determinado a condenar à morte mais de 50 mil técnicos alemães.

se existe problema que jamais pode ser já não se diga resolvido, mas simplesmente encarado com certa unanimidade de vistas, é o relativo à punição dos indivíduos considerados criminosos internacionais, isto é, responsáveis por atos e acontecimentos perniciosos na órbita das relações entre os Estados soberanos. [...] O que acima vai dito relaciona-se diretamente com a decisão tomada pelos aliados, em uma das suas conferências de punir rigorosamente os responsáveis pelos crimes que vêm sendo cometidos na ordem internacional, desde o início da guerra. De acordo com a orientação ali adotada resolveram os russos ter a iniciativa que se concretizou nos processos contra autores de crimes praticados em Karkhov, durante a ocupação. O processo já se verificou há várias semanas com a condenação e enforcamento dos quatro acusados. Foi exatamente na manhã de 19 de dezembro passado que quatro corpos balançaram no ar, expostos ao vento gelado que soprava do norte, através da praça do Mercado de Karkhov. Foram eles os primeiros homens processados e executados de acordo com a declaração aliada. [...] Outros processos, como o de Karkhov, deverão ocorrer não como satisfação da vingança, mas como início de um período de distribuição de justiça, na ordem internacional, tão necessária do ponto de vista preventivo.³⁸

No 25 de março, o conde Emmanuel de Bennigsen, ao analisar esse problema, assinalava que:

Sobre Hitler recai uma grande parte da responsabilidade pelo que aconteceu na Europa após 1936, mas não se deve esquecer que ele era o produto da mentalidade alemã capaz de se desenvolver somente no seio alemão e que o povo desse país não pode ser libertado da sua parte de responsabilidade. Hitler não é um Napoleão nem um Frederico II, para encobrir com sua personalidade os erros de todos, que por enquanto ele domina.³⁹

38 Cf. “Direito Penal Internacional” in *O Estado de S. Paulo*, 28 jan. 1944, p.1.

39 Cf. “Ainda sobre os erros dos alemães” in *O Estado de S. Paulo*, 25 mar. 1944, p.16.

A questão da responsabilidade dos crimes de guerra é um tema controverso também na historiografia relativa ao período. Para citar apenas um exemplo da complexidade que envolve esse problema, pode-se recordar o livro de Daniel Goldhagen (1996, p.14), *Os carrascos voluntários de Hitler*, no qual o autor demonstrava ser partidário da ideia segundo a qual todos os alemães sabiam o que estava acontecendo e foram culpados pelos crimes cometidos contra judeus. Segundo ele, “se não existisse a Alemanha, não existiria o Holocausto”. O livro gerou uma intensa polêmica no mundo todo, enquanto os principais estudiosos do assunto desqualificavam a tese do autor questionando suas fontes e seu procedimento.⁴⁰

O dia “D”, 6 de junho, data em que os Aliados iniciaram a invasão do continente europeu pelas praias da Normandia, consubstanciava uma grave ameaça aos exércitos alemães. Com a Itália fora da guerra e a exigência da rendição incondicional, os germânicos lutavam sozinhos contra uma coligação que reunia os países mais poderosos do mundo. Segundo o jornalista russo, os germânicos “poderão ainda concentrar suas reservas entre o mar e Paris e poderão oferecer uma resistência encarniçada nas linhas de fortificações, existentes ali, mas o seu destino já está selado”.⁴¹

No leste, a guerra sofrera uma total inversão, com os soviéticos vencendo em todos os setores, recuperando o território ocupado durante os primeiros anos de guerra contra Hitler. O chanceler alemão teria dito, de acordo com Emmanuel de Bennisgen, que

os russos teriam que servir de esterco para a evolução dos alemães e esses terríveis anos provaram que essas não eram palavras vãs. Isso explica também o ódio que provocaram os invasores na Rússia e a firme decisão de fazê-los pagar caro todos os sofrimentos que provocaram. E é o sentimento não só dos dirigentes de Moscou, mas principalmente dos que foram submetidos diretamente a exações e torturas as mais diversas.⁴²

40 Entre os principais estudiosos que avaliaram negativamente o livro de Daniel Goldhagen, podem-se citar Norman Finkelstein e Ian Kershaw.

41 Cf. “A segunda frente” in *O Estado de S. Paulo*, 13 jun. 1944, p.1.

42 Cf. “Três anos de martírio” in *O Estado de S. Paulo*, 27 jun. 1944, p.14.

Como as previsões não se cumpriram, em vez de um *Drang nach Osten*, o que se assistia era ao movimento contrário. No dia 2 de agosto, ao estudar as consequências da aproximação soviética das fronteiras do Reich, o jornalista soviético afirmou:

a rapidez do avanço russo em direção a Varsóvia fez supor que essa invasão começaria do lado da Silésia do Norte e de Posen; mas a tomada de Sharil e de Premyal tornou possível também a ocupação simultânea da Prússia Oriental e do Sul da Silésia. Assim, o que o General Fullen considerava, há dez dias, como o alvo principal da ofensiva russa, a conquista da Galícia, transformou-se na operação atual, mais grandiosa do que tudo o que se viu até agora na história militar. [...] A situação militar na frente russa (eu gostaria tanto de poder dizer: a frente comum eslava!) é tal que pode somente baixar ainda mais o moral dos alemães. [...] Já se afirmou que os últimos êxitos russos significaram o fim do “*Drang nach Osten*”, que cede o passo ao “*Drang nach Westen*” dos eslavos, talvez este realmente se realize, porém será pacífico e não bélico.⁴³

Com todas as perspectivas favoráveis aos exércitos das Nações Unidas, os colaboradores levantaram um problema novo: o da terceira guerra mundial. A primeira vez que se tratou desse tema foi em 1º de julho. Naquele dia, o mesmo homem de imprensa, afirmava:

É possível, entretanto, que os alemães já prevejam o desastre definitivo do Reich e planejam, para o futuro, uma nova guerra. Alguns jornalistas aliados até indicam para estas datas precisas, entre 1960 e 1970. Não devemos ter ilusões: qualquer que seja o povo vencido, ele conserva sempre a ideia da “*revanche*”. [...] Os alemães compreendem perfeitamente, que só poderão ganhar a Terceira Grande Guerra (se ela vier algum dia!) se eles conseguirem dividir os seus atuais adversários em dois campos hostis. [...] Em 1919, a Alemanha não tinha amigos com os quais contar em caso de uma nova guerra,

43 Cf. “Na fronteira alemã” in *O Estado de S. Paulo*, 2 ago. 1944, p.12.

mas vinte anos mais tarde alguns pequenos povos estavam prontos a ligar a sua sorte à dela e a maioria dos povos europeus tinha perdido a confiança nos vencedores de 1918. Quem pode garantir que, do mesmo modo, em 1960 ou 1970, o mundo não se encontre numa situação completamente diferente da de 1945 e 1946? [...] O principal é não guardar ilusões de que os alemães abandonarão com boa vontade os seus sonhos de 1914 e de 1939 sobre a hegemonia mundial. Não devemos deixar-nos impressionar por lindas ideias altruístas, mas imprudentes diante de um adversário tão poderoso e inteligente.⁴⁴

O excerto mostra que, depois de duas guerras mundiais, para o colaborador, a Alemanha deveria sempre ser vista com cautela, se não tratada com firmeza. Mesmo que seus líderes futuros apelassem para princípios conciliatórios, as Nações Unidas deveriam sempre desconfiar de seu propósito ulterior, que estaria sempre condicionado a uma pretensão de hegemonia mundial.

Essa ideia foi mobilizada ainda outras vezes durante 1944, ano em que Lima Figueiredo assegurava que o Japão sofreria a “primeira derrota em 2.600 anos”. A responsabilização dos criminosos de guerra foi um tema candente nesse período em que, com a aproximação dos exércitos soviéticos e a libertação de algumas localidades no leste, se conheciam cada vez mais detalhes da opressão nazista. Um dos colaboradores, ao comentar a tragédia ocorrida na cidade de Varsóvia, na Polônia, contava:

ainda agora, o que ocorreu em Varsóvia está enchendo de tristeza a todo o mundo. Segundo os telegramas, cerca de quatrocentos mil habitantes da capital pereceram em consequência da bárbara repressão germânica, que visou não os elementos militares, mas a toda a população civil, que foi praticamente exterminada. Independentemente das razões que levaram o general polonês comandante a sublevar-se ante a aproximação das tropas russas, razões que motivam muitas dúvidas acerca de sua legitimidade no que concerne aos verdadeiros

44 Cf. “Realidades e planos abstratos” in *O Estado de S. Paulo*, 1º jul. 1944, p.12.

interesses do povo polonês, fica-se a pensar com imensa tristeza *nessa disposição dos nazistas para a barbárie*, justamente numa ocasião em que ninguém, de bom senso, pode admitir a possibilidade de sua vitória no presente conflito.⁴⁵

O fim da guerra trouxera mais uma característica dos nazistas, apontada pelos colaboradores do jornal, representada pela oração em destaque no trecho supracitado. Essa “disposição” de que fala o autor do comentário se tornava cada dia mais clara na medida em que as revelações acerca dos campos de concentração eram conhecidas. Em outra oportunidade, ao transcrever um depoimento, o conde Emmanuel de Bennisgen, citando uma fonte inglesa, contou que

um correspondente norte-americano relatou ultimamente no “Times” as cenas que viu no célebre campo de concentração de Majdanec, perto de Lublin, onde três enormes fornos de incineração destruíam diariamente centenas de corpos de executados, envenenados por gases tóxicos. Nesse relatório, o jornalista cita um detalhe horroroso: no depósito dos calçados, tirados dos corpos de executados, ele encontrou mesmo calçados de crianças. É evidente que no caso da execução desses “inimigos do Reich” todos, desde o comandante do campo até o último guarda, devem compreender a criminalidade da sua conduta e deverão por isso pagar caro. Mas o caso de Majdanec não é único, sabemos que o mesmo aconteceu nas prisões do protetorado tcheco e nos campos de concentração alemães. No Parlamento inglês foi frisado ultimamente que no campo de Buchenwald foram recentemente assassinados sete mil alemães, considerados adversários do nazismo.⁴⁶

Viu-se, no discurso citado, Heinrich Himmler confessar que decidiu assassinar também as crianças porque não poderia admitir que elas viessem a vingar seus pais. O que o texto expõe é a extensão

45 Cf. “Guerra e propaganda” in *O Estado de S. Paulo*, 5 out. 1944, p.1, grifo nosso.

46 Cf. “Os criminosos de guerra” in *O Estado de S. Paulo*, 24 out. 1944, p.1.

dos assassinatos em massa que, segundo o colaborador, não ocorria somente em Majdanec, mas também em outras regiões do Reich.

Em dezembro de 1944, um dos colaboradores, ao escrever sobre os problemas tanto militares quanto políticos daquele momento, afirmava que “os alemães conseguiram defender com êxito suas fronteiras e somente o avanço russo na Hungria apresentava para eles um perigo imediato”.⁴⁷ Além desse aparente sucesso na defesa, os germânicos reuniram forças e material para aplicar nos aliados do Ocidente um último susto: a ofensiva das *Ardenes*. Sob o comando de Von Rundstedt, a *Wehrmacht*, de início, venceu algumas batalhas, mas perdeu seu ímpeto inicial pouco depois. No fim do mês, consequência possivelmente das apreensões acerca do fim, um dos articulistas publicou o seguinte trecho: “Em certos telegramas foi relatada cena trágica do afastamento de Hitler por Himmler, Goebbels e Rundstedt, do alto comando, que doravante será confiado a este último”.⁴⁸

Como se sabe, o fim do sonho de hegemonia europeia do ditador alemão não ocorreu dessa maneira. Em agosto de 1943, um texto intitulado “Como morrem os líderes fascistas”, cujo conteúdo antecipava quase fielmente o modo como aconteceria, para os integrantes do Eixo, o final da tragédia que se iniciara em 1939:

numerosos líderes da Alemanha nazista têm sido vítimas de morte violenta. Alguns têm morrido pacificamente e outros desaparecendo como por encanto e para sempre, sem que jamais houvesse qualquer explicação para tais fatos. [...] Heydrich, na Tchecoslováquia, foi o mais notório deles. Outros, porém, o têm seguido e em número muito maior do que as autoridades alemãs ousam revelar. [...] Refiro-me, de preferência, aos casos nos quais o nazismo tem desviado os próprios rebentos, casos em que membros proeminentes do Partido têm sido

47 Cf. “Problemas de guerra e de política” in *O Estado de S. Paulo*, 14 dez. 1944, p.1.

48 Cf. “A ofensiva de Von Rundstedt” in *O Estado de S. Paulo*, 23 dez. 1944, p.1. Para uma análise da extensão dos boatos e do colapso do Terceiro Reich, ver Beevor (2008c).

abertamente assassinados pelos agentes do governo; ou encontrando a morte em misteriosos e oportunos acidentes de automóvel ou ainda morrido simplesmente, sem que jamais se tenha ouvido falar deles. A lista de tais casos tem início muito tempo antes da atual guerra. Houve, por exemplo, o famoso “expurgo” de 1934, com o assassinio de personalidades proeminentes como o general Schleicher, antigo chanceler do Reich, e sua esposa, o capitão Roehm, um dos maiores amigos de Hitler (que o matou com as próprias mãos) e diversos outros generais, provavelmente 300 pessoas ao todo. [...] Entre os militares de proeminência que têm morrido repentinamente e não em ação, figuram o general Von Fritsch, comandante-chefe das forças alemãs no início da atual guerra, que, naquela ocasião, ou foi morto traiçoeiramente pelos agentes da SS ou suicidou-se ao saber que estava marcado.⁴⁹

Não se pode esquecer de que, entre as Nações Unidas, existia um embate que silenciosamente havia se instalado, fazendo que houvesse uma disputa velada pelas regiões antes ocupadas pelos germânicos e pela influência e hegemonia a ser exercida na Europa do pós-guerra. Essa disputa, que crescia à medida que a derrota do Eixo se aproximava, foi responsável por inúmeros atritos entre as Nações Unidas, especialmente entre a Rússia e a Inglaterra. O próprio termo “Nações Unidas”, utilizado pelos colaboradores, denota que entre elas havia somente o inimigo em comum.⁵⁰ A resistência alemã surpreendeu os colaboradores do jornal que acreditavam na derrocada assim que os exércitos soviéticos se aproximassem das fronteiras do Reich. Em 20 de fevereiro, o mesmo jornalista russo asseverava que “a ‘fortaleza Alemanha’ é o último ponto de defesa, e continuar a luta depois que o inimigo entrou nesse último reduto, por mais heroico que seja, não tem mais cabimento”.⁵¹

Outro tema estudado pelos escritores foi a composição heterogênea da Wehrmacht no que concernia aos combatentes. Desde 1944, os res-

49 Cf. “Como morrem os líderes fascistas” in *O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 1943, p.1.

50 O marechal de campo inglês Montgomery (1960), vencedor da batalha de El Alamein, na África, narra esses problemas em seu livro de memórias.

51 Cf. “Assuntos militares” in *O Estado de S. Paulo*, 20 fev. 1945, p.16.

ponsáveis pela publicação acentuaram que, apesar de possuir material, faltavam homens à Alemanha. Esse aspecto da luta surgiu no matutino em março. Emmanuel de Bennigsen, sobre esse tema, assinalava:

o número dos prisioneiros feitos pelos Aliados nessa ofensiva também é significativo, em comparação com o número das tropas que podiam estar defendendo este setor. Entre tais prisioneiros, há rapazes de 18 anos, ao lado de velhos de 55, aglomerados nas mesmas divisões, não somente de “Volksturm” ou das “Volksgranadiere”, mas também nas dos veteranos que não podem mais oferecer, desse modo, a mesma energia demonstrada nos primeiros anos de guerra.⁵²

A estratégia de defesa dos alemães se assemelhava à dos russos quando da invasão do seu território em 1941: defender-se utilizando os rios como barreira natural. Assim, o Oder e o Elba foram uma das últimas esperanças dos alemães na luta contra a invasão russa e norte-americana. Presos nessa “fortaleza” entre os dois rios, coube aos germânicos suportar a pressão exercida por ambas as frentes até o colapso final. No dia 17 de março, escreveu o conde Emmanuel de Bennigsen que “a linha Siegfried foi vencida em toda sua parte norte, mas os alemães estão ainda concentrados atualmente atrás de dois grandes rios: o Reno e o Mosela, cuja passagem será muito difícil...”.⁵³

O avanço soviético pelo leste tinha por objetivo atingir Berlim, enquanto os norte-americanos, demonstrando uma inexperiência e uma ingenuidade gritantes, desviaram-se dessa rota afirmando que a capital do Reich não era mais importante nem política nem estrategicamente. Após uma desesperada e desorganizada resistência, a capital foi invadida e ocupada pelos soldados do exército vermelho, que saquearam lojas e casas e violentaram mulheres.⁵⁴

52 Cf. “Assalto à Alemanha” in *O Estado de S. Paulo*, 7 mar. 1945, p.1.

53 Cf. “Na Fortaleza Alemanha” in *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1945, p.1.

54 Antony Beevor (2008c), ao analisar esse tipo de crime, o estupro, falou em “pilhagem carnal” e citou inúmeros casos e fontes que expõem as múltiplas faces desse comportamento das tropas soviéticas.

No dia 6 de maio, Rogério P. Sampaio, ao analisar a situação, escreveu:

considera-se terminada a tremenda conflagração que durante cinco anos e meio abalou toda a Europa. [...] Agora, no momento em que o regime nazista desaparece, e como ele o Reich como Estado organizado, verifica-se que a Alemanha não soube ou não pode escapar a um aniquilamento desnecessário e não condizente com os elementares deveres de um governo responsável. O regime nazista, através da sua nefasta propaganda, afirmou sempre que jamais haveria a repetição dos fatos que, em 1918, levaram a nação a solicitar e assinar um armistício. Realmente assim sucedeu. Os exércitos nazistas lutaram até o fim numa demonstração de firmeza e selvageria que espantou a todo o mundo. [...] Os líderes que a conduziram à destruição e à derrota desapareceram tragicamente...⁵⁵

Como previra o mesmo Rogério P. Sampaio, o fim dos líderes nazistas foi, em sua grande maioria, trágico. Hitler cometeu suicídio com sua esposa, Eva Braun; Goebbels, ministro da Propaganda, que fora responsável pela criação desse poder de manipulação que os colaboradores estudaram desde o início do conflito, matara-se juntamente com sua mulher, depois de envenenarem os seis filhos; Himmler também suicidara com veneno, bem como Hermann Goering, que, condenado à morte por enforcamento no Tribunal de Nuremberg, conseguiu dar fim à própria vida. Quando foi anunciada a capitulação dos exércitos alemães, em 8 de maio, o mesmo jornalista escreveu, analisando a guerra:

desde o primeiro dia, a guerra foi total, como a conceberam os alemães, de modo a não distinguirem objetivo militar de outro puramente terrorista. [...] É agora o momento para trabalhar em prol da eliminação do espírito que prevaleceu na Alemanha de Hitler, na

55 Cf. “A vitória dos Aliados” in *O Estado de S. Paulo*, 6 mai. 1945, p.20. Para citar somente dois exemplos, dois dos principais líderes alemães, Hitler e Josef Goebbels, cometeram suicídio.

Itália de Mussolini, no Japão Imperialista, espírito que os levou a considerar obra viável a da conquista do mundo.⁵⁶

Esse espírito, de que falou Rogério P. Sampaio, no caso alemão, era o prussiano, que antes do fim da contenda já havia sido apontado como o principal inimigo do mundo civilizado. Por conta dele é que os Aliados vencedores falavam em “reeducação do povo alemão” para a sociedade democrática e alguns colaboradores, não obstante céticos quanto a essa tarefa, apontavam como necessário o “saneamento da Alemanha”. Um dos articulistas apontou, em comentário publicado em 24 de junho:

o general Einsenhauer acaba de dar uma entrevista à imprensa na qual trata da punição dos criminosos de guerra. Há um ponto, em suas declarações, que merece ser cuidadosamente examinado, porquanto indica claramente o rumo a seguir nessa grande tarefa de saneamento da Alemanha. Afirma o comandante supremo das forças expedicionárias aliadas que ‘há indícios de que o povo alemão, em geral, ignorava as atrocidades verificadas nos campos de concentração, embora não devam merecer muito crédito as declarações das altas autoridades alemãs, segundo as quais também desconheciam esses fatos. Essa distinção é importantíssima porque, de um lado, livra a generalidade do povo germânico da responsabilidade de tais crimes, acentua a necessidade de punição exemplar aos membros graduados das máquinas administrativa e de guerra nazistas.⁵⁷

A responsabilização de todos os alemães ou de parte deles envolvidos nos crimes de guerra não era consenso entre os aliados. Ao estudar o assunto, em 5 de abril, o conde Emmanuel de Bennisgen dizia

acerca da responsabilidade dos criminosos é necessária uma classificação definitiva por um acordo entre os Aliados, daqueles que

56 Cf. “Paz na Europa” in *O Estado de S. Paulo*, 8 maio 1945, p.1.

57 Cf. “Os criminosos nazi-fascistas” in *O Estado de S. Paulo*, 24 jun. 1945, p.32.

devem ser considerados criminosos, porque parece que nem todos tem a mesma concepção. [...] É evidente que nem todos os alemães que participaram dos crimes cometidos nos países ocupados serão incluídos no grupo dos criminosos (por exemplo os soldados dos pelotões de execução), apesar de que a participação em tais atos deixa marcados para sempre os seus executores. [...] Os campos de concentração da Alemanha ou de Majdanec não são os únicos a testemunhar a bestialidade dos invasores alemães. [...] Medidas para combater essa anomalia psicológica deverão ser tomadas imediatamente, mas confesso que não sei se o termo exato para isso é mesmo reeducação.⁵⁸

Entre as principais modificações no que tange às representações construídas pelos colaboradores está a transformação da União Soviética, que, na primeira fase da pesquisa, era mostrada como aliada da Alemanha no campo totalitário e que, em virtude das reviravoltas da guerra, passou ao campo aliado compondo o que os colaboradores chamaram de Nações Unidas. Mapas inseridos diariamente nas páginas do jornal colocaram ao alcance do leitor brasileiro a grandeza do país invadido em 1941, seus rios, suas cidades mais importantes, suas linhas defensivas e ofensivas demarcando, com uma suástica, a área ocupada pela Alemanha e com o símbolo da União Soviética, a foice e o martelo, as regiões sob o domínio russo. É interessante notar que, à medida que os avanços ocorriam, os símbolos aumentavam ou diminuíaam de tamanho demonstrando qual beligerante avançara e qual recuara no conflito.⁵⁹

Havia, contudo, um aspecto da atividade soviética no campo das relações internacionais que ainda mantinha sérias suspeitas acerca dessa mobilização por um mundo novo e melhor: as relações russo-polonesas. Elas foram o barômetro utilizado pelos colaboradores para medir o grau de intensidade que a nova potência desejava imprimir no cenário externo. Em março, ao se referir ao ressurgimento do im-

58 Cf. “Medidas inadiáveis” in *O Estado de S. Paulo*, 5 abr. 1945, p.1.

59 Para uma visualização, consultar Anexos.

perialismo, após descartar o britânico, o francês e o norte-americano, disse Emmanuel de Bennisen:

a situação da Rússia é entretanto bem diferente: é o único país que pode ser acusado atualmente de imperialismo no sentido antigo da palavra. Realmente, desde 1939 esse país manifestou abertamente o desejo de recuperar os territórios perdidos entre 1918 e 1920, na sua fronteira ocidental. [...] O antagonismo das “Weltanschauungen” russa e norte-americana, das suas concepções gerais, não pode entretanto ser menosprezado e pode ainda provocar conflitos graves. Todavia, não será o imperialismo territorial que os provocará, mas a impossibilidade final de conciliar essas duas ideologias.⁶⁰

Com a vitória sobre a Alemanha, a União Soviética atingira o máximo do seu poder e representava, segundo um dos colaboradores, uma das duas escolhas possíveis no campo ideológico naquele período. Segundo esse jornalista,

atualmente afirma-se que a guerra foi ganha pelos russos e pelos norte-americanos. O papel dos ingleses, que foi tão importante em 1940-1941, diminuiu até o mínimo depois da entrada em guerra dos dois outros “grandes” e fato estranho, não só em terra, como também no mar, onde a Inglaterra sempre dominou seus rivais. [...] Assim, os países europeus têm que escolher entre os Estados Unidos e a Rússia. Mas os norte-americanos se encontram apenas temporariamente na Europa e por isso cabe à Rússia o papel de protetor principal dos países menores e da paz na Europa.⁶¹

Quando o conflito terminou, o que se redesejava no campo das relações internacionais, pelo que se lê no excerto, era uma outra polarização, também ideológica. Se durante a primeira fase dos comentários os colaboradores apontavam que o mundo se dividia

60 Cf. “O imperialismo atual” in *O Estado de S. Paulo*, 8 mar. 1945, p.1.

61 Cf. “Antes da paz definitiva” in *O Estado de S. Paulo* 12, maio 1945, p.14.

entre democracias liberais e totalitarismos nesse momento, cindiram o futuro político entre os Estados Unidos e a Rússia, cada um com sua *Weltanschauung*, ou seja, visão de mundo. Um aspecto dessa nova realidade poderia ser visualizado nos planos para a organização geopolítica do leste europeu, que foram expostos pelo artigo do mesmo autor, que assim os apresentou:

de acordo com as notícias chegadas de Moscou e de Varsóvia, já há unanimidade acerca da provável organização de uma federação ou de um bloco de nações eslavas. [...] Será uma organização que pouco cederá, mesmo economicamente, aos Estados Unidos, porque, quase absolutamente autárquica, disporá de uma indústria que em breve poderá atingir a importância da norte-americana. [...] As notícias norte-americanas já comunicaram que a indústria alemã sofreu muito menos dos bombardeios aéreos do que se esperava, e que 70% dela está intacta, em média. Assim, na parte oriental da Alemanha, que sofreu muito menos dos bombardeios, a situação deve ser ainda mais favorável, para os donos eslavos.⁶²

Não obstante, a guerra entre o Japão e os Aliados continuou. Em janeiro desse ano, um dos colaboradores fez menção a uma invenção que poderia revolucionar as estratégias de guerra e combate. No texto publicado em 24, o jornalista dizia:

enfim, fala-se muito de uma força enorme do futuro – a da decomposição do átomo para a utilização do qual parece faltar somente um aparelhamento apropriado que pode, entretanto, ser inventado de um dia para outro, e que dará aos inventores egoístas e inescrupulosos uma força militar nunca vista.⁶³

É interessante notar que as pesquisas para a obtenção da bomba tiveram uma relevância fundamental para a necessidade de Stalin

62 Cf. “Federação eslava” in *O Estado de S. Paulo*, 14 jul. 1945, p.1.

63 Cf. “Será possível o desarmamento?” in *O Estado de S. Paulo*, 24 jan. 1945, p.1.

ocupar Berlim primeiro que os Aliados. O líder soviético interessava-se particularmente pelos projetos desenvolvidos e pela matéria-prima guardada na Alemanha, uma vez que a União Soviética não possuía urânio suficiente e sabia que os norte-americanos estavam na dianteira dessas pesquisas. Esse é ainda um dos fatores que comprovam que a guerra fria começara antes mesmo da outra terminar.⁶⁴

No dia 7 de agosto, uma manchete do jornal noticiou a “invenção e as experiências da bomba atômica”. No texto da redação, o resumo da situação foi assim explicado aos leitores: “Em comunicados oficiais hoje publicados em Washington e Londres, o presidente dos Estados Unidos e o Primeiro Ministro da Inglaterra anunciaram ao mundo a utilização da bomba atômica contra uma cidade japonesa – o novo engenho é mais poderoso que vinte mil toneladas do explosivo T.N.T”.⁶⁵

Em 9 de agosto, Lima Figueiredo, ao fazer o necrológio do Japão como potência mundial, assim se referiu ao caráter simbólico da declaração de guerra da União Soviética ao Império do Micado: “a data de nove de agosto era uma efeméride negra na história russa, pois marcava o dia da humilhação do russo ao japonês, ao procurá-lo para assentar as condições de paz em 1905”.⁶⁶ Seis dias depois, tinha-se como manchete a notícia: “Terminou ontem a Segunda Guerra Mundial com a rendição incondicional do Japão às quatro potências aliadas”.

No comentário assinado por Emmanuel de Bennisen, a constatação de que a violência das bombas atômicas fora desnecessária foi assim expressa pelo autor: “o fim da guerra contra o Japão chegou muito antes do que se esperava, tendo sido a rendição apressada pela destruição de Hiroshima e Nagasaki por meio das bombas atômicas. [...] mesmo sem o emprego dessas bombas, a sorte do Japão estava selada”.⁶⁷

64 Para mais informações acerca dos projetos atômicos soviéticos e alemães a essa época, ver Beevor (2008c).

65 Cf. “Anunciadas a invenção e as experiências da bomba atômica” in *O Estado de S. Paulo*, 7 ago. 1945, p.1.

66 Cf. “Era uma vez o Japão...” in *O Estado de S. Paulo*, 12 ago. 1945, p.1.

67 Cf. “Paz no Oriente” in *O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 1945, p.1.

Após a destruição dos inimigos nos campos de batalha, era necessária, segundo os colaboradores, uma união em torno da ideia da paz que só seria mantida com a colaboração de todas as potências. O pós-guerra assistiu, ainda segundo os responsáveis pelos comentários, ao retorno de uma força, de um poder que perdera muito da sua representatividade: a opinião pública.⁶⁸ Ela teria, segundo eles, um papel fundamental na nova organização do mundo, pois que os líderes tinham de ouvir seus apelos, especialmente contra os interesses individuais em detrimento do coletivo.

Pelo exposto, pode-se concluir que, durante essa última fase, a escrita dos comentários ficara a cargo, especialmente, de estrangeiros, e houve uma modificação no que concerne ao período anterior: os textos perderam o seu aspecto pedagógico. Ainda que se possa relacionar essa mudança ao desenvolvimento da guerra, é interessante notar que isso ocorre justamente no momento em que Abner Mourão passa a diretor da redação. Assim, conclui-se que sua atuação guarda relação com as sutis modificações que os comentários apresentaram no período mesmo que elas sejam incomparavelmente menores se comparadas às que efetuará quando interveio nos editoriais do matutino, entre 1940-1942.

O Brasil e o futuro

*O grande problema hoje no Brasil é o primado da ordem. Daí derivam todo o mais que é necessário para nos reintegrarmos plenamente no regime democrático representativo. A guerra modificou por completo a face política e social das coisas.*⁶⁹

68 No dia 19 de agosto, ao elencar as lições da guerra, escreveu Rogério P. Sampaio: “Os governos se veem, agora, obrigados a dar à opinião pública uma atenção que ainda há poucos lustros lhe negavam. São indícios bons, reveladores de um progresso real na grande obra de preservação da paz que só às massas de povo interessa e que, portanto, somente dele pode partir e frutificar” (cf. “Lições da guerra” in *O Estado de S. Paulo*, 19 ago. 1945, p.1).

69 Cf. “O primado da ordem” in *O Estado de S. Paulo*, 6 abr. 1945, p.4.

No segundo momento da pesquisa, as principais temáticas relativas ao Brasil encontravam-se dispersas por todo o periódico. Entre os autores que mais trataram do tema, somente dois, Lima Figueiredo e S. Harcourt-Rivington, escreveram sobre a situação política do Brasil. Com as modificações na direção do jornal e no âmbito do DIP e dos Deip, as notícias sobre a política interna passaram a ocupar outros lugares do matutino, com destaque para a seção “Notícias do Rio”, os quadros publicados por Mario Guastini, na página 3, ao lado das tradicionais “Notas e Informações”, e os artigos de Heitor Muniz, sobre a manutenção da ordem.

No caso da primeira, vale lembrar que desde que o país se engajara na luta contra o Eixo ela sofrera uma modificação no sentido de orientar a opinião pública para a disciplina e a união em torno da figura do presidente Getúlio Vargas. Os discursos transmitidos aqui guardam profunda relação com os editoriais desse período, pois, em ambos, há uma visível preocupação com a questão da ordem e da manutenção do regime.

Escritas por pseudônimos, as “Notícias do Rio” não demonstraram, contudo, a mesma intensidade na crítica aos opositores do regime instaurado em 1937 como os escritos do redator-chefe Mario Guastini. Nos textos assinados por ele, especialmente pós-1943, momento em que se iniciou um processo de reorganização da luta pela redemocratização, a oposição foi tratada de maneira impiedosa, tendo ele utilizado, na descaracterização dessas forças, de ironias e paródias nada lisonjeiras.

Durante o primeiro semestre de 1942 vários navios brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães.⁷⁰ Alguns em navegação

70 Vagner Camilo Alves (2002, p.169-70) elenca os nomes dos navios brasileiros postos à pique: “em fevereiro e março, cinco navios brasileiros foram afundados (Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabutã e Cairu), todos ao largo da costa atlântica dos Estados Unidos. Entre maio e julho, sete navios foram perdidos (Parnaíba, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Barbacena), todos afundados no Caribe ou mares imediatamente adjacentes. A maior parte deles foi perdida às ilhas de Trinidad e Barbados, extremo sul, portanto, da região caribenha. Em agosto foram destruídos os primeiros navios nacionais no litoral

de cabotagem. A reação da opinião pública fora de grande comoção e exigiu-se do governo a declaração de guerra à Alemanha e à Itália. As tensões chegaram ao clímax em agosto, quando o número de torpedeamentos aumentou. No dia 19, J. S. escreveu, nas “Notícias do Rio”:

não há classificação para os atentados de ontem, para a infâmia de assaltos a navios do Brasil que navegavam em águas brasileiras a caminhos de portos nacionais. Nenhuma necessidade militar determinou os torpedeamentos. Foi um ato bárbaro de sadismo. [...] Não se conheceu detalhes do drama. Sabe-se apenas – e isto é saber muito – que o Brasil sofreu a maior afronta da sua história. *A invasão holandesa, os ataques dos piratas dos tempos do corso legalizado, a luta cavalheiresca das cisplatinas, o imperialismo delirante de Lopes, tudo isso que nos lançou às armas e nos deixou sair com honra e grandeza dos acampamentos onde provocações nos haviam conduzido, é explicável, dentro da lógica da história. O assalto de ontem não se compreende. Está fora de sentido humano. É crime de loucos cujo castigo não pode ser a reclusão pela material impossibilidade de segurar todo o perigoso bando: é investida de matilha de cães hidrófobos contra o qual é mister congregar todas as energias, e associar todas as vontades, até a sua destruição definitiva.* [...] A natural indignação do povo deve, neste instante de dramática ansiedade, ter a significação de um toque de reunir. Fiquemos, sem dúvidas e sem hesitações à volta de Getúlio Vargas. Ele comandará. De sua autoridade deve partir o grito de “às armas”, se assim o reclamar a energia da desafronta.⁷¹

No dia 23, a manchete anunciou o estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha e a Itália e enfatizava por quem o país lutava:

do país (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e a barça Jacira), causa imediata para a declaração de guerra brasileira à Alemanha e Itália. Após a formalização de sua beligerância, o Brasil ainda perderia mais doze navios até fins de outubro de 1943 (Osório, Lages, Antonico, Porto Alegre, Apaloide, Brasilóide, Afonso Pena, Tutoia, Pelotaslóide, Bagé, Itapagé e Campos)”.

71 Cf. “Notícias do Rio – Toque de reunir” in *O Estado de S. Paulo*, 19 ago. 1942, p.10, grifo nosso.

“Pela América, pela humanidade”.⁷² A partir da entrada do Brasil na guerra, os colaboradores escreveram textos que tinham por finalidade converter a história das relações internacionais do Brasil de antes do conflito e do reconhecimento do estado de beligerância numa coerente defesa dos princípios democráticos. Portanto, tem-se de reescrever e desenvolver uma série de estratégias que mostrem que o país é uma democracia e que luta contra os totalitarismos europeu e asiático não por oportunismo, mas por princípio e tradição. Assim, no dia 25, o jornalista afirmou que

desde que os acontecimentos europeus tomaram o plano inclinado para uma hecatombe mundial, o Brasil tomou o partido das nações e dos povos agredidos. Essa atitude não foi e não poderia ser definida por uma demonstração prática. Mas estava de acordo com a história brasileira, toda ela entretida pelo sentimento de humanidade e pelo interesse altruístico. É uma tradição do nosso povo ter em conta o direito de viver, dos mais fracos. [...] Os países como o Brasil, com um passado nobre e heroico a zelar, têm, no próprio espírito que os coloca na vanguarda das nações civilizadas, a força e a energia bastantes para revidar o desafio. [...] Da mesma forma que soube defender esse patrimônio geográfico e histórico por séculos a fio, saberá conter a horda perniciososa dos que pretendem oprimir o mundo. [...] Não encontram o Brasil esmorecido e desarticulado. Mas uma nação unida e viril, pronta ao mais vigoroso revide e disposta a punir sem piedade os seus gratuitos agressores. [...] Não é preciso conclamar a reunião dos brasileiros. Essa união é sagrada, consolidou-se e, neste momento, esplendidamente se reafirma em torno do Estado Nacional e da grande figura do presidente Getulio Vargas.⁷³

Interessante é notar que desse momento em diante o adjetivo “novo”, caracterizador do Estado instaurado em 1937, já não era

72 Cf. “O Brasil em estado de beligerância com a Alemanha e a Itália” in *O Estado de S. Paulo*, 23 ago. 1942, p.1.

73 Cf. “Pelo restabelecimento do presidente Getulio Vargas e pela sustentação do regime” in *O Estado de S. Paulo*, 25 ago. 1942, p.1

mais pertinente. Para os escritores do jornal, era condição *sine qua non* realçar a força da tradição e para isso eles mobilizaram inúmeras estratégias e figuras do passado brasileiro e, concomitantemente, adicionaram o termo “nacional” para transmitir a ideia de que o Brasil estava disciplinado e que vivia em “união sagrada”.⁷⁴

74 Personagens históricos como Caxias, Tiradentes e Rui Barbosa foram alguns dos homens que surgiram nas páginas do matutino. Em maio de 1943, o jornalista responsável pelas notícias da capital, G.I.L., ao criticar o saudosismo na política, assinalava: “O último discurso do senhor Marcondes Filho, pronunciado por ocasião da solenidade comemorativa do aniversário do Presidente da República, ultrapassa os limites das orações meramente laudatórias para se constituir numa síntese das diversas diretrizes doutrinárias do Estado Nacional e da obra política de seu fundador. Depois de salientar o alto significado da solenidade em que se reuniram o capital e o trabalho, associados ao respeito recíproco dos seus direitos e preocupados com a tarefa de reconstrução de uma grande Pátria, o orador responde às objeções do grupo melancólico da ‘hora da saudade’, que, no momento, canta as doçuras e belezas do antigo regime. Falando sobre a democracia, da Primeira República e recordando a figura excelsa de Rui Barbosa, esses saudosistas nada mais fazem de que justificar, realçar ‘o vigor, a oportunidade, o realismo do Estado Nacional, estruturado pelo gênio do senhor Getúlio Vargas’. ‘O que caracteriza a democracia’, diz o orador, ‘qualquer que seja a fórmula adotada, é a preocupação dos interesses populares e o benefício do maior número e o atendimento aos problemas coletivos’. ‘Não podemos julgar os regimes exclusivamente pelos pormenores de arquitetura e pelos arabescos intelectuais. Devemos julgá-los, sobretudo, pelo poder de realização, que é de realidades que um povo precisa viver e não de imagens e ornamentos jurídicos. E é justamente sob esse aspecto que a democracia do Estado Nacional se sobrepõe à da Primeira República, porque nesta, que era privilégio de pequenos grupos oligárquicos, todos os trabalhadores estavam exilados da legislação e renegados pelos governos, enquanto agora o Estado Nacional – democracia política e social e econômica, democracia de fundo – reconheceu direitos e presta assistência a esses milhões de brasileiros tão dignos como os mais dignos. [...] Clamam os saudosistas a necessidade de voltarmos ao pensamento político de Rui Barbosa. Contradizem-se, porém, porque o nosso grande jurista ‘durante toda a vida foi um libelo calcinante contra a Primeira República’. [...] Foi justamente o pensamento de Rui Barbosa que nos levou ao repúdio do passado e nos aproximou do Estado Nacional. Na sua tarefa inglória os saudosistas pregam no deserto e levantam objeções contra o nosso nacionalismo. Baldado intento. Vão desejos de estabelecer confusões. O nosso nacionalismo não possui nenhum traço de agressividade, não se constitui em barreira à aproximação internacional. Ao contrário, o Brasil está integrado na vida continental e ninguém ignora mais do que ele, por seu esforço prodigioso, esforço de sangue e de trabalho, está

Assim como se tornara imperativo moldar as estruturas do Estado para que se transmitisse a ideia de que ele sempre combatera pela causa Aliada reeditando a história das relações diplomáticas brasileiras, era necessário apresentar a figura do presidente Getulio Vargas como o responsável pelas conquistas e acertos da política brasileira no campo internacional. Em virtude disso, os acontecimentos que envolviam o presidente, como o seu estado de saúde, sua vida pessoal, sua rotina de trabalho eram fatores que deviam ser do conhecimento dos leitores para que a união sagrada se tornasse ainda mais coesa e o presidente cada vez mais próximo do povo.

O local escolhido para se apresentar esses aspectos foi as “Notícias do Rio”. Antes, publicavam-se nesse espaço comunicados governamentais, nomeações, afastamentos, conquistas e desafios do regime. Foi a partir do engajamento do Brasil no conflito que elas assumiram um caráter pedagógico, apologético e apelativo. No dia 29 de agosto, por exemplo, ao manifestar o apoio de São Paulo ao restabelecimento de Vargas, vítima de um acidente,⁷⁵ o redator afirmava:

Há doze anos que a nação se beneficia das suas qualidades excepcionais de administradora. Tudo devemos à sua inteligência, descortino, serenidade, brandura, tenacidade, às suas prodigiosas

colaborando a favor da América, na causa sagrada das nossas democracias” (cf. “Notícias do Rio – A hora da saudade” in *O Estado de S. Paulo*, 2 maio 1945, p.24). Nesse caso, nota-se que os representantes da ditadura se apropriavam inclusive das figuras que os opositores do regime cultuavam no passado, como ocorria no caso de Rui Barbosa, apoiado pelo periódico em várias campanhas e oportunidades.

75 A correspondência entre Julio de Mesquita Filho e Marina Mesquita evidencia uma outra percepção e desejo no que se referia ao acidente do ditador. Enquanto os próceres do regime rezavam pelo restabelecimento, Marina, desapontada, dizia: “Tive dois desapontos hoje pela manhã. O primeiro foi a sua carta de sábado continuar não chegando. O segundo, um retrato do GG no jornal de Chateau. Para rebater a boatada de ontem, veio o anão na cama (só o busto) recebendo umas crianças. A feição dele está meio alterada, mas o panorama jeitoso de gangrenas no queixo etc. já foi pela água abaixo. Como há mentiras nos regimes... democráticos!” (Carta de Marina Mesquita a Julio de Mesquita Filho, datada de 2 a 5 de junho de 1942 [in Mesquita Filho, 2006, p.339-40]).

qualidades de estudo e de trabalho. Com tais excelsas virtudes, o dr. Getulio Vargas há doze anos representa a Ordem para o Brasil. A esse propósito já dissemos, nestas mesmas colunas, que venerá-lo é venerar a harmonia nacional. Ele completa no seu gabinete, com a pena, a obra que Caxias, o soldado-símbolo, realizou nos campos de batalha, à frente dos companheiros de armas. Ser contra Getulio Vargas, se isso ainda fosse possível à alma brasileira, seria colocar-se contra a Ordem. Seria colocar-se contra o Brasil, ou contra si mesmo. [...] O dr. Getulio Vargas é menos Presidente da República que o chefe da família brasileira. Tem-se mostrado, como já o dissemos, o grande realizador da nossa democracia. [...] A história da perfeita harmonia nacional começou há cinco anos apenas, em 10 de novembro de 1937. O dr. Getulio Vargas nesse grande dia corporificou no sentir e na sua maneira de brasilidade e de brasileiromente agir. Cada nação tem uma forma de governo que representa a união, a colaboração material e espiritual de todos os seus filhos. A forma que corresponde às necessidades brasileiras é o Estado Nacional. O presidente Getulio Vargas, com seus auxiliares, fez tudo isso que aí está. Fez ainda muito mais. Para contar a sua obra seria necessário um grande livro.⁷⁶

Expresso no texto há a impossibilidade de rebelar-se contra a ordem depois da declaração de guerra, pois essa seria uma atitude antibrasileira. Se durante o período de “neutralidade” o regime de exceção era mantido pela repressão, durante a beligerância foi sustentado pela ideia da união em torno do poder daquele que “fez tudo isso que aí está” e pela própria guerra. Vê-se que os responsáveis pela redação do jornal não perderam tempo em reorganizar e dar novos e tortuosos matizes às políticas que o Brasil praticava desde 1937. Como corolário de toda essa engenhosidade tinha-se o presidente como o “chefe da família brasileira”, aquele que provia e matinha a ordem não só política, mas também moral. Por fim, rebelar-se contra esse estado de coisas era colocar-se “contra si mesmo”.

76 Cf. “São Paulo reafirmará hoje a união dos brasileiros em torno do presidente Getulio Vargas” in *O Estado de S. Paulo*, 29 ago. 1942, p.1.

No que concerne à exposição da sua rotina de trabalho, um dos jornalistas publicou um texto, em 10 de abril de 1943, no qual buscava sensibilizar os leitores para a longa jornada de expediente a que o presidente se submetia contabilizando o número de papéis os quais ele analisava e assinava:

o presidente Getúlio Vargas emprega todo o seu tempo no trato dos negócios públicos. Trabalha exaustivamente e com método. [...] Com referência ao estudo direto dos papéis pelo presidente Getulio Vargas encontramos no relatório as seguintes observações: “Tomando como referência o número de decretos pessoais em 1942, que atingiu a 19.823, temos que, estimando em 1 minuto o tempo dispensado pelo presidente para leitura e assinatura de cada um, o tempo total para esse serviço acusou 19.823 minutos, ou seja, 330 horas, desprezadas as frações. Considerando o dia normal de trabalho como 6 horas, temos que tais atos tomaram ao presidente da República, no ano passado, 55 dias. Também as exposições do DASP sobre admissões, etc., de pessoal extranumerário, que no ano passado atingiram a mais de 2.300, tomaram muito tempo. Mostra ainda o relatório que, para acompanhar ‘pari passu’ o trabalho do chefe do governo, os funcionários da secretaria, desde o seu chefe sr. Luiz Vergara, as obrigam a 10 horas diárias de serviço ininterrupto”. Com esses dados, o público, que já conhece o esforço exaustivo do presidente e sua dedicação de todos os minutos, melhor aquilatará da sua prodigiosa capacidade de trabalho, saber que os papéis não param nas mãos de sua exa.⁷⁷

A insistência que foi conferida à dedicação de Getulio Vargas aos negócios públicos em detrimento de sua vida particular ganhou força e novos contornos trágicos com a notícia da morte de seu filho publicada no jornal ocupado no dia 23 de outubro do mesmo ano. Naquele dia, o jornalista explicava que:

77 Cf. “Notícias do Rio”: “Os papéis não param nas mãos do presidente” in *O Estado de S. Paulo*, 10 abr. 1943, p.14.

o exercício de funções públicas impõe sacrifícios de toda a ordem. Sobreponde-se aos interesses e aos sentimentos pessoais o estadista muita vez sofre na própria carne para que sobre eles prevaleçam os interesses nacionais: em primeiro lugar, em quaisquer circunstâncias, os deveres para com a Pátria, relegando-se a segundo plano tudo aquilo que não diga respeito aos deveres funcionais. Em toda a sua longa trajetória política, o sr. Getulio Vargas revelou-se sempre e invariavelmente um estadista absorvido pela causa pública, perfeitamente identificado com os cargos e funções ocupados procurando refletir o melhor possível os sentimentos e as aspirações do povo. Nunca fraquejou, em nenhuma oportunidade se deixou vencer pelos acontecimentos. [...] Nem mesmo quando a Providência nos seus insondáveis desígnios, o experimenta com duros golpes morais, modifica seu modo de ser. O ano passado deixa o filho dileto preso de grave enfermidade e voa para Natal, a fim de conferenciar com o presidente Roosevelt. Seus sentimentos de pai o impeliam para junto do leito do filho; mas os deveres funcionais o chamavam às confabulações de Natal. Entre as duas solicitações, não vacilou em atender à imposição do interesse nacional. O destino foi inexorável: a morte arrebatou-lhe o filho, modelo de um moço brasileiro que se fizera estimado por todos pelas suas qualidades de simplicidade e de firmeza de caráter. O sr. Getulio Vargas sabe compreender e cumprir, como chefe de governo, todas as responsabilidades de seu posto, dando o mais significativo exemplo para todos os servidores da Nação.⁷⁸

A exposição de fatos dessa natureza demonstrava que a condição de presidente exigia um comprometimento total e cobrava um preço altíssimo do responsável pelo governo do país. A intenção, aqui, era mostrar que o presidente Getulio Vargas se dispunha a pagar esse preço e, concomitantemente, imprimir a essa atitude um viés paradigmático que se estenderia a todos os cidadãos num momento em que se conclamava a nação a se unir em virtude da guerra.

78 Cf. “Notícias do Rio”: “O espírito público do presidente Vargas” in *O Estado de S. Paulo*, 23 out. 1943, p.14.

Figuraram também nas “Notícias do Rio” outros eminentes representantes do governo brasileiro, como o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Ambos tiveram seus perfis biográficos analisados por G.I.L., que mostrou, por meio deles, como o Brasil defendeu, desde o início, a causa aliada. No primeiro caso, as palavras do jornalista vangloriavam o trabalho de organização e disciplina imposto por Eurico Gaspar Dutra ao Exército brasileiro:

o general Eurico Gaspar Dutra afirmou-se um grande ministro não apenas pela capacidade organizadora que o personaliza, mas, principalmente, pelo sentido de disciplina que o caracteriza e pela sobriedade de suas atitudes. [...] Sem ruído, sem clarinadas, como os verdadeiros organizadores, o ministro começou, num ritmo seguro e incessante, a tarefa de transformar o Exército do Brasil nessa poderosa força que aí está, a afirmar a sua pujança, a sua magnífica organização, a sua paridade com os melhores do Hemisfério Ocidental. [...] senhor de alto senso de seleção, soube o general Eurico Gaspar Dutra, nessa árdua jornada que foi a nossa reorganização bélica, rodear-se de oficiais brilhantes pelo espírito, pela cultura, pela noção do dever. Isso em todos os setores. À frente das unidades de elite, na metrópole, nas guarnições fronteiriças, no exterior junto às legações, ou participando de manobras e cursos especializados – e finalmente, a seu lado, com ele trabalhando, integrando seu seletíssimo gabinete. Aí trabalham oficiais superiores de cultura e capacidade de Cândido Caldas, Lima Figueiredo, Coelho dos Reis, Felisberto Batista Teixeira e outros tantos, seguidores fiéis dos salutareos exemplos do espírito titular. Razão portanto, e justíssima, há nesse preito de admiração dos brasileiros em torno do grande ministro Eurico Dutra, agora, quando a pátria de Lincoln e de Washington não esconde seu júbilo em recebê-lo e aplaudi-lo como um dos maiores soldados do Brasil.⁷⁹

79 Cf. “Notícias do Rio”: “Um grande ministro” in *O Estado de S. Paulo*, 10 ago. 1943, p.14.

Oswaldo Aranha, que desempenhara, verdadeiramente, desde o início da guerra um papel fundamental nas relações brasileiro-norte-americanas, propugnando uma aproximação com os Estados Unidos em contraposição àqueles que viam na Alemanha um melhor parceiro não só comercial, como estratégico, teve seu trabalho reconhecido num texto publicado em 11 de setembro:

culto e dinâmico, sóbrio e incansável, o ministro Oswaldo Aranha conquistou de há muito admiração de todo o povo brasileiro, que se acostumou a admirar-lhe o entusiasmo sincero posto no (?) cumprimento de seus deveres e na obra de confraternidade dos povos da América. De fato, desde que se colocou à frente do Itamaraty, outro objetivo não teve o nosso (?) chanceler que o de trabalhar no sentido de irmanar ainda mais o Brasil aos seus irmãos do Hemisfério Ocidental, numa prática feliz e sincera de pan-americanismo sadio e construtor. Essa política do ministro Oswaldo Aranha resultou benéfica e honrosa para o país, pois, praticada com sinceridade e brilho, deu-nos a proeminência que hoje usufruímos merecidamente, como uma legítima compensação à nossa decisão, à retilínea conduta que desde muitos anos adotamos e fizemos questão de mantê-la intacta tanto nas horas sombrias como nos momentos luminosos. *O chanceler brasileiro, sob a orientação do Presidente Getúlio Vargas*, foi o timoneiro seguro e enérgico que de maneira alguma se descurou do fiel cumprimento de suas responsabilidades, extremando-se, ao contrário, em se fazer atento ao máximo e atilado até onde sua plástica inteligência e formosa cultura, além da esplêndida queda para a “*carrière*”, o ajudaram. Bem depressa, no entanto, tão ilustre trabalhador teve o prêmio merecido, vendo seu nome projetar-se por todo o continente, revelando-o como um dos mais completos diplomatas desse lado do Atlântico. E teve mais. Teve a consagração não apenas dos seus patrícios, mas também, de maneira unânime, do grande povo da pátria de Washington e de Lincoln que nele vislumbrou e aplaudiu um amigo de todas as horas, um colaborador bem interessado e brilhante. [...] Sempre decidido e sincero, bateu-se desde o primeiro momento pela coesão das Américas, isso muito

antes que o insulto imperdoável nos caísse sobre a cabeça, partido dos governantes desabusados que, hoje, vergam ao peso da derrota inevitável. Que se rendam homenagens, pois, porque justíssimas, na data de seu aniversário natalício a esse eminente e puro pan-americanista que é o chanceler brasileiro!⁸⁰

No trecho, percebe-se que, mesmo com tantas qualidades, o chanceler agia “sob a orientação” do presidente, o que mostra uma vez mais como as tentativas de elevação do regime e do “amigo de São Paulo” atingiram o grau máximo nesse período.⁸¹

Os textos que vinham da capital da República exprimiam ainda outras diretrizes à política brasileira. Em 1º de abril, por exemplo, ao tratar da questão do integralismo e da espionagem, G.I.L. asseverava que:

o longo inquérito da Delegacia Especial de Ordem Política e Social, ontem divulgado nas suas peças principais, coroou uma série de diligências, levadas a termo com rara habilidade pela polícia carioca. Hoje a opinião pública nacional conhece os nomes de mais alguns maus brasileiros, que cometeram a suprema vilania de se venderem aos nossos inimigos. [...] A quase totalidade dos acusados é de partidários do fascismo indígena. O fenômeno é mesmo em toda a parte. O totalitarismo se reveste das características de um internacionalismo da pior espécie. Aqui, como na Europa, seus adeptos esquecem-se de todos os sentimentos nobres e elevados. Patriotismo, lealdade, honra, são palavras cujo significado não chega

80 Cf. “Notícias do Rio”: “O nosso chanceler” in *O Estado de S. Paulo*, 11 set. 1943, p.14, grifo nosso.

81 No dia 24 de setembro, G.I.L. escrevera, nas “Notícias do Rio”, que: “Já certa vez, em entrevista concedida à imprensa carioca, o ilustre interventor federal em São Paulo afirmava que, em solicitando alguma coisa ao Presidente Vargas à terra bandeirante, a obtinha invariavelmente, e de maneira completa, eficiente e farta. Seu Estado, disse ainda o sr. Fernando Costa, tinha na figura do Primeiro Magistrado da Nação um amigo sincero e um servidor deveras prestimoso” (cf. “O amigo de São Paulo” in *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1943, p.10).

a compreender. Perdem a capacidade de raciocínio. O automatismo os envilece. E o pior é que, obcecados pela doutrina, desconhecem a sua vileza. Eis até onde leva a aberração do totalitarismo. Negando a personalidade humana, condenando a liberdade, o fascismo, seja de que espécie for, anula o homem, desce-o da sua dignidade de criatura raciocinante, transformando-o em simples peça da máquina do Estado. O totalitarismo – apologia da Força cega e do Instinto desaçarmado (?) – constitui a maior aberração política de todos os tempos. Dominado pela Alemanha, pela Itália e pelo Japão, procurou alcançar com seus tentáculos o mundo todo. As forças vivas da civilização cristã acordaram, felizmente a tempo de opor firme barreira aos novos bárbaros mecanizados. A maior e mais difícil tarefa com que se defrontam as democracias não é propriamente ganhar a guerra. É destruir, até as últimas raízes, a estranha mentalidade totalitária, que criou os “quislings” de toda a espécie.⁸²

Essa concepção acerca do totalitarismo exposta pelo jornalista responsável pelas “Notícias do Rio” se assemelhava muito com as expressas por outros colaboradores do jornal que criticavam a perda da individualidade e o automatismo a que as pessoas são condenadas nesses regimes. Uma semelhante demonstração da concepção dos articulistas sobre esse problema apareceu no comentário que distinguia a mocidade americana da totalitária, em 12 de agosto:

o nazismo e o fascismo se supuseram ao direito dos pais na educação dos filhos. Desde os primeiros anos, a criança torna-se propriedade do Estado, que passa a moldá-la a seu bel-prazer, educando-a para a guerra, “educando-a para a morte”. O principal objetivo da pedagogia totalitária consiste na anulação da personalidade. A disciplina substitui a liberdade. Ensina (?) uma única doutrina – a “racial”; um único pensamento – e ditado pelo Estado senhor absoluto, criador exclusivo do direito. A mocidade nazi-fascista vive sob o império

82 Cf. “Notícias do Rio”: “Integralismo e espionagem” in *O Estado de S. Paulo*, 1º abr. 1943, p.1.

do pior dos fanatismos – o político. Não possui autonomia de raciocínio. Repete os “slogans” da propaganda oficial, canta as mesmas canções guerreiras, marcha como um só homem, levanta o braço na saudação obrigatória. Seus gestos, suas atitudes, à força de repetidos desde a infância, tornaram-se verdadeiros hábitos. Esta mocidade, educada no desconhecimento completo da liberdade, representa um instrumento dos ditadores, para a consecução de seus objetivos de domínio, de imperialismo, de rapinagem. Os pedagogos totalitários, muito satisfeitos com os belos resultados obtidos com os seus processos educacionais, prognosticaram a decadência irremediável da mocidade democrática. Impossível conseguir dela um gesto de desprendimento, o menor dos sacrifícios em prol do bem comum. Seu único objetivo reside na satisfação dos seus prazeres egoísticos. Educada pela família de acordo com as velhas normas do liberalismo, a juventude das nações democráticas vivia em constante clima de desfibramento. O mundo moderno não suporta tal amolecimento hedonista. À mocidade fascista, criada na escola do sacrifício, estava reservada a tarefa de estabelecer a nova ordem, destinada a reger o mundo durante um milênio. Tudo isso era afirmado pelos educadores totalitários. Os ditadores totalitários levaram seus povos à guerra. Chegara o momento de se provar a supremacia da educação totalitária sobre a educação democrática. O repto foi aceito pela mocidade do mundo livre. Deixando as universidades, os escritores, os campos e as oficinas, os moços se apresentaram ao primeiro chamamento da Pátria. Falharam todos os prognósticos sombrios da propaganda totalitária. Consciente, destemerosa, a mocidade democrática vive todos os perigos, suporta todos os sacrifícios, é capaz dos mais nobres gestos de heroísmo e de desprendimento. Para servir a Pátria, para defender a civilização ameaçada, ninguém tem necessidade de anular a sua personalidade, de se perder na indistinção das massas. Tais considerações quase se tornam desnecessárias ante as provas diárias de heroísmo da mocidade do mundo livre, desde 1939.⁸³

83 Cf. “Notícias do Rio”: “Mocidade americana” in *O Estado de S. Paulo*, 12 ago. 1943, p.14.

O excerto denota como o discurso oficial guarda profunda relação de similaridade aos que os colaboradores defendiam já antes da guerra eclodir. Naquele momento, os responsáveis pelos comentários esforçavam-se para demonstrar que as democracias não eram regimes fracos e que o totalitarismo representava uma involução no desenvolvimento político das nações enquanto o Estado Novo simbolizava o repúdio à democracia liberal.

A partir do envolvimento forçado do Brasil na guerra,⁸⁴ é o Estado que tem de se reinventar para assumir a forma que ele defenderia nos campos de batalha. As tentativas de reafirmação que defendia não só o Estado, mas também o presidente, das críticas que eles recebiam internamente foram publicadas em conjunto com aquelas que descaracterizavam os opositores do regime. No dia 21 de abril, o mesmo jornalista, ao tratar da quinta coluna, dizia:

reveste-se de inconfundíveis características de quinta-colunismo a campanha saudosista que, no momento, se desenvolve em alguns órgãos de imprensa e em algumas rodas desta capital. Bem situada na vida, agarrada a rendosos cargos públicos, meia dúzia de cavaleiros dá-se, agora, ao luxo de aspirar uma volta ao pretérito. Não lhes faz bem a atmosfera de trabalho construtivo, de juventude e energia, que dominam o presente. O passado constitui o seu clima. Entoando loas ao regime antigo, exaltando-lhe os homens, esses saudosistas visam um único objetivo: desmerecer o atual governo, negar-lhe o esforço de construção nacional, criticar seu programa administrativo e sua orientação política. Falta-lhes coragem, porém,

84 Conforme Vagner Camilo Alves (2002, p.198), “a própria formalização da beligerância brasileira, decisão de foro eminentemente interno, também deve ser vista como resultado natural de condicionantes exógenos, reflexo do desenvolvimento da guerra total naquele momento. As demandas alemãs para uma campanha submarina irrestrita contra a navegação aliada em todo o Atlântico, atingindo diretamente o Brasil, levavam em primeiríssima conta o nível de participação brasileira no conflito, como aliado dos EUA, e a oportunidade de atacar presas marítimas brasileiras e/ou navios cruzando o litoral do país. Tais ações, por sua vez, acabaram por fazer do envolvimento formal do Brasil na guerra uma consequência lógica”.

para desfazer a máscara para abrir o jogo. Inimigos disfarçados do Estado Nacional encontram no saudosismo o clima propício para desenvolver sua manhosa campanha. A técnica é a mesma de sempre: o “diz-que-diz”, a intriga, as meias-palavras, as insinuações malévolas. Cedo, porém, se deixaram identificar. A opinião pública compreendeu-lhes o propósito de sabotagem da união nacional, deixando-os a falar sozinhos. O Brasil vive um momento decisivo da sua vida de nação soberana. Fiel aos princípios que nortearam a sua evolução histórica, seguindo os rumos ditados pela sua política internacional, respondeu à afronta do eixo, colocando-se de corpo e alma ao lado das Nações Unidas, oferecendo recursos para a vitória da causa democrática. A união nacional tornou-se um imperativo para que se realize, integralmente, o nosso esforço de guerra. Toda e qualquer campanha visando dividir os brasileiros será obra de quinta-colunismo, mesmo quando se mascarar dos mais altos e nobres propósitos. Os saudosistas que, no momento, entoam loas ao passado e pregam a volta ao país das fórmulas políticas superadas, realizam uma obra antipatriótica: a sabotagem da união nacional. É necessário que os apontemos ao desprezo dos brasileiros.⁸⁵

As invectivas contra o passado coadunadas com as acusações de quinta-colunismo contra os opositores do regime foram armas que os responsáveis pelos textos usaram frequentemente. Essas medidas ganharam força em virtude da mentalidade de guerra que o governo desejava imprimir, uma vez que, como mostrou Roney Cytrynowicz, ela não representou para os brasileiros um evento marcante.⁸⁶ Algu-

85 Cf. “Notícias do Rio”: “Sabotando a unidade nacional” in *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 1943, p.12.

86 De acordo com Cytrynowicz (2000, p.17-18), “o lugar da Segunda Guerra Mundial na história e na memória coletiva da população de São Paulo, e do Brasil, tem sido, no entanto, marcado muito mais pela ausência do que por uma presença efetiva e consistente. A guerra, episódio central da história do século 20, não está presente na memória da cidade de São Paulo; ela não é celebrada coletivamente, não é lembrada. Os soldados que lutaram e os mortos não são reverenciados a não ser por pequenos grupos diretamente ligados a eles”.

mas vezes, o passado paulista foi mobilizado como arma, como ocorreu em 22 do mesmo mês:

O bandeirismo não representa somente um acontecimento histórico nacional. Sua tarefa não terminou com o estabelecimento das novas fronteiras geográficas. Manifestação a mais característica do dinamismo de um povo jovem, esse movimento, hoje como ontem, prosseguiu no seu imenso trabalho de construção de uma grande Pátria, pela conquista da hinterlândia, pelo deslocamento das nossas fronteiras econômicas, pelo aproveitamento dos nossos variados recursos naturais. [...] Característica essencial da juventude do nosso povo, o espírito bandeirante marca toda a evolução nacional. Constitui o Brasil moderno.⁸⁷

Em outras oportunidades, esse passado foi apropriado e mobilizado pelos jornalistas contra as pretensões oposicionistas. No dia 2 de maio de 1945, G.I.L. comentava:

O último discurso do senhor Marcondes Filho pronunciado por ocasião da solenidade comemorativa do aniversário do Presidente da República ultrapassa os limites das orações meramente laudatórias para se constituir numa síntese das diversas diretrizes doutrinárias do Estado Nacional e da obra política de seu fundador. Depois de salientar o alto significado da solenidade em que se reuniram o capital e o trabalho, associados ao respeito recíproco dos seus direitos e preocupados com a tarefa de reconstrução de uma grande Pátria, o orador responde às objeções do grupo melancólico da “hora da saudade”, que, no momento, canta as doçuras e belezas do antigo regime. Falando sobre a democracia, da Primeira República e recordando a figura excelsa de Rui Barbosa, esses saudosistas nada mais fazem do que justificar, realçar “o vigor, a oportunidade, o realismo do Estado Nacional, estruturado pelo gênio do senhor Getulio Vargas”.

87 Cf. “Notícias do Rio”: “Espírito bandeirante” in *O Estado de S. Paulo*, 22 abr. 1943, p.10.

“O que caracteriza a democracia”, diz o orador, “qualquer que seja a fórmula adotada, é a preocupação dos interesses populares e o benefício do maior número e o atendimento aos problemas coletivos”. “Não podemos julgar os regimes exclusivamente pelos pormenores de arquitetura e pelos arabescos intelectuais. Devemos julgá-los, sobretudo, pelo poder de realização, que é de realidades que um povo precisa viver e não de imagens e ornamentos jurídicos. E é justamente sob esse aspecto que a democracia do Estado Nacional se sobrepõe à da Primeira República, porque nesta, que era privilégio de pequenos grupos oligárquicos, todos os trabalhadores estavam exilados da legislação e renegados pelos governos, enquanto agora o Estado Nacional – democracia política e social e econômica, democracia de fundo – reconheceu direitos e presta assistência a esses milhões de brasileiros tão dignos como os mais dignos. [...] Clamam os saudosistas a necessidade de voltarmos ao pensamento político de Rui Barbosa. Contradizem-se, porém, porque o nosso grande jurista “durante toda a vida foi um libelo calcinante contra a Primeira República”. [...] Foi justamente o pensamento de Rui Barbosa que nos levou ao repúdio do passado e nos aproximou do Estado Nacional. Na sua tarefa inglória os saudosistas pregam no deserto e levantam objeções contra o nosso nacionalismo. Baldado intento. Vão desejos de estabelecer confusões. O nosso nacionalismo não possui nenhum traço de agressividade, não se constitui em barreira à aproximação internacional. Ao contrário, o Brasil está integrado na vida continental e ninguém ignora mais do que ele, por seu esforço prodigioso, esforço de sangue e de trabalho, está colaborando a favor da América, na causa sagrada das nossas democracias.”⁸⁸

Intitulado “A hora da saudade”, o texto comentava a oração do ministro do Trabalho que justificava o Estado Novo utilizando-se da memória de Rui Barbosa e de sua luta. Vale lembrar que os antigos proprietários do jornal lutaram ao lado desse jurista na Campanha

88 Cf. “Notícias do Rio”: “A hora da saudade” in *O Estado de S. Paulo*, 2 maio 1945, p.24.

Civilista, que apoiaram abertamente durante a República Velha. Pelo exposto, observa-se que não havia limites entre plausibilidade e verdade no intuito de criar para o governo uma aparência democrática.

A participação do Brasil na guerra culminou no embarque de soldados brasileiros que lutariam ao lado dos norte-americanos e outros povos contra os alemães na Itália. A verdadeira batalha no que concernia ao Brasil era interna. As contradições do regime instaurado em novembro de 1937 e suas incompatibilidades com as estruturas de uma sociedade democrática minavam dia a dia o governo, que, desde 1943, enfrentava uma oposição mais renhida e organizada.⁸⁹

Dessa forma, alguns dos textos publicados no jornal pregavam uma maior unidade entre os brasileiros e pediam que a população se conscientizasse das várias restrições que a guerra trouxera, entre elas, políticas. Sobre essas restrições, num texto intitulado “A imprensa e o DIP”, G.I.L. dizia:

Vivemos numa época profundamente anormal em que se impõem medidas de salvação pública inadmissíveis em outras ocasiões. Em todos os setores da vida individual e coletiva surgiram restrições visando a salvaguarda dos princípios fundamentais da civilização ocidental, postos em perigo pela barbárie nazista. É a guerra com todos os seus horrores. Nunca a humanidade suportou angústia tamanha. Nunca viveu um período de tal responsabilidade, no qual se apresentou a inapelável escolha entre dois caminhos: o regresso à animalidade do paganismo totalitário, negação de todos os valores do espírito, ou a senda larga de um mundo renovado, reposto em bases de justiça, igualdade e fraternidade. [...] Os povos amantes da liberdade se impuseram pesadas restrições. Deixaram de gozar,

89 Não se pode esquecer que o Manifesto dos mineiros foi lançado no final de 1943. Segundo Roney Cytrynowicz (2000, p.330-1), “apenas em outubro de 1943 foi lançado o Manifesto dos Mineiros, em defesa da democracia, e a primeira declaração pública neste sentido, já em um contexto de primeira reestruturação partidária. Outras manifestações viriam apenas em 1945, como o I Congresso Brasileiro de Escritores (26 de janeiro de 1945), fundação da UDN em abril, até que Vargas recebesse o ultimato dos generais em outubro de 1945”.

momentaneamente, muitos dos direitos a que se acostumaram, para que sobreviva a civilização cristã e encontre atmosfera propícia ao seu constante aperfeiçoamento. [...] A nação que não souber suportar, de ânimo alevantado este período, de sacrifícios, não merece viver no mundo de amanhã. Será necessário enumerar as mil e uma restrições que a guerra impõe? São fatos diários que cada qual suporta e sabe muito bem aquilatar. Entre todas as restrições criadas pela anormalidade do momento e impostas às democracias, talvez a mais notável seja a que se refere à livre manifestação de opinião e o censo das notícias pela imprensa. Velha conquista política, houve necessidade de restringir-lhe o âmbito, em nome de altas razões de segurança nacional justamente no sentido de salvá-la da morte. [...] Ao DIP, órgão de colaboração com a imprensa e de divulgação das coisas brasileiras, coube o encargo difícil e espinhoso de orientar os nossos jornais para que a sua atividade se moldasse pelos supremos interesses da defesa nacional. Por outro lado, a própria imprensa, num acordo tácito ditado pelo patriotismo, retirou do debate muitos temas políticos, reservando-se para discuti-los em ocasiões oportunas. [...] Assim, vivem governos que alicerçam sua força no livre consentimento do povo.⁹⁰

No dia 25 de março, as “Notícias do Rio” explicitavam de que forma esses problemas surgiram na sociedade civil da época:

os moradores e comerciantes da (ilegível), do Leblon, de Ipanema e de Copacabana estão apelando para as autoridades a fim de que seja suspenso o “black-out” naquela zona. [...] O certo é que tudo isso exterioriza, realmente, a inexistência de uma verdadeira mentalidade de guerra. Sente-se, em semelhante apelo, um completo alheamento em relação a tudo o quanto de grave vai pelo mundo em eclosão. [...] Diante disso, frente aos fatos, fácil é concluir que os moradores de Copacabana, de Ipanema e do Leblon pelo menos estão alheios à realidade cruciante da guerra. Ou melhor, admitem francamente

90 Cf. “A imprensa e o DIP” in *O Estado de S. Paulo*, 28 maio 1944, p.36.

que Hitler e seus títeres já o diabo, que o conflito acabou e que toda a imensa zona litorânea onde tem seus negócios e suas residências deve livrar-se do “black-out” e voltar a engalantar-se com o colar fosforescente de seus muitos milhares de glóbulos de luz. Não é outra coisa o que pedem em cartas enviadas ao jornal. E isso exatamente no dia seguinte a aquele em que, em Deodoro e na Vila Militar, desfilavam os soldados que se aprestam para tomar os rumos do campo de batalha. Decididamente, não existe ainda, como fora necessário, uma mentalidade de guerra. E é indispensável criá-la e mantê-la.⁹¹

A constatação de que não havia no Brasil uma mentalidade de guerra foi objeto da atenção do jornalista que se incumbia de transmitir as “Notícias do Rio”. Assim, além de citar esse exemplo ocorrido no Rio de Janeiro, ele explicou como o povo deveria entender a guerra na qual o Brasil estava empenhado:

O inimigo é implacável, desumano e se acha munido do que a técnica possibilitou demais perfeito e eficiente. Com armas iguais para que se alcance a vitória definitiva sobre os novos bárbaros é mister que acreditemos fielmente nos valores morais e políticos pelo quais nos batemos. [...] servindo-nos de todos os meios oferecidos pela moderna técnica publicitária, precisamos desfazer todas as ilusões de uma guerra fácil, de uma guerra rápida que ainda persiste na mentalidade nacional e que o quinta-colunismo solerte procura alimentar para amortecer o nosso esforço bélico. Precisamos lembrar o público que os compromissos contraídos com os nossos aliados impõem sacrifícios de toda a ordem: que se faz necessário um intenso trabalho coletivo pelo desenvolvimento da nossa produção destinado à guerra. [...] a nossa contribuição humana acha-se em vias de se concretizar, contingentes da FAB já se encontram nos Estados Unidos e na própria Grã-Bretanha em treinamento intensivo para entrar em luta nos céus europeus. A Força Expedicionária Brasileira ultima os

91 Cf. “Notícias do Rio”: “Apelo inconsciente” in *O Estado de S. Paulo*, 25 mar. 1944, p.16.

preparativos para, ombro a ombro com os exércitos da democracia, derrubar a fortaleza de Hitler.⁹²

A proximidade com os exércitos que lutavam pela democracia parecia não ser problema para os responsáveis pelo jornal ocupado pela ditadura. Os malabarismos teóricos realizados por eles no intuito de apresentar o presidente Getúlio Vargas como um democrata de primeira hora tornaram-se frequentes. Um exemplo dessa disposição para as mitificações políticas foi publicado a quatorze de outubro, quando G.I.L., ao explicar ao leitor as proezas do DIP, resumizava:

Tendo nascido sob os cuidados do sr. Lourival Fontes, realmente cresceu para a vida e para a compreensão nacional debaixo das orientações do Major Amílcar Dutra de Menezes. [...] A sua ação hoje é intensa. Estado por Estado DIP. e Deips começaram a ser feitos vasos comunicantes e não há como evitar uma referência à colaboração prestada a essa obra brasileira pelo Deip paulista, na direção de um homem de imprensa que, podendo alimentar muitas aspirações, apenas quer ser homem de imprensa – o sr. Mario Guastini. [...] A figura ímpar do presidente Vargas, o democratismo dos seus pensamentos e o entendimento da evolução que promove para se chegar, pelos caminhos da independência econômica e da inteligência política, às formas realistas de representação, são agora vistas claramente por todo o Brasil.⁹³

Entre os colaboradores que se dedicaram ao estudo dos problemas brasileiros, destacam-se Lima Figueiredo e o economista inglês S. Harcourt-Rivington. O militar brasileiro se preocupava, num primeiro momento, com a manutenção do regime, como expôs num texto que publicou em 11 de março:

92 Cf. “Notícias do Rio”: “Preparação psicológica da opinião pública” in *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 1944, p.32.

93 Cf. “Notícias do Rio”: “O DIP e o Brasil” in *O Estado de S. Paulo*, 14 out. 1944, p.10.

a China, pela barreira de ideias levantadas entre os seus filhos, não se pode unir nem mesmo quando teve seu chão calcado e o seu povo escorraçado pelo bárbaro invasor. Que exemplo! Exemplo vivo do que pode esperar um país de vasta área, com a população acolchetada no litoral com riquezas inexploradas, com grandes e gordos rios navegáveis, com notável massa de ignorantes, com poucas reservas de rodovias e estrada de ferro, quando seus filhos começam a não se entenderem, procurando cada um prevalecer a ideia do seu partido, sem incomodar-se com parceiros aguçados que ameaçam a nau da Pátria. A experiência alheia é tão barata. Para que experimentar uma coisa que de antemão já sabemos ter consequências funestas? Melhor será que se tenha um mira o slogan – “Só a união faz a força”.⁹⁴

Durante a campanha eleitoral de 1945, o jornal participou efetivamente da campanha de Eurico Gaspar Dutra. Lima Figueiredo escreveu, nesse período, uma série sobre a FEB, que tinha um sentido eminentemente político, uma vez que louvava as qualidades do general candidato como organizador do Exército brasileiro, vitorioso na guerra que se travava pela democracia. Em um dos textos que publicou logo após a série, ele explicitou essa ligação entre as competências do general no âmbito das questões militares e no futuro trato dos negócios públicos:

o exército progrediu porque Eurico Dutra se dedicou a ele de corpo e alma trabalhando denodadamente, pela sua eficiência e aproveitando os momentos de folga ou repouso para meditar e refletir sobre seus problemas. O grande e magnífico trabalho que prestou à sua classe, de 1937 a 1945, é o penhor de quando poderá fazer pelo Brasil no dia em que o leme do Estado estiver nas suas mãos honradas. Estejam certos os brasileiros que não lhe faltarão meios para vencer, pois que todas as virtudes e qualidades que exornam as grandes personalidades lhe são peculiares: lealdade, modéstia, inteligência, cultura,

94 Cf. “O exemplo da China”, in *O Estado de S. Paulo*, 11 mar. 1945, p.1.

agudeza de percepção, visão, seriedade, resistência física, espírito público, patriotismo.⁹⁵

Os artigos de S. Harcourt-Rivington possuíam uma amplitude ainda maior do que quaisquer dos outros colaboradores no que concernia ao futuro do Brasil e ao papel que o país desempenharia nos anos vindouros. Politicamente, ele defendeu o regime estadonovista ao afirmar que, apesar de algumas diferenças com as democracias anglo-saxônicas, o Brasil era uma democracia.⁹⁶

Segundo esse autor, porém, as maiores perspectivas para o Brasil se relacionavam ao campo econômico. Com os Estados Unidos, a União Soviética e a Europa envolvidos com a guerra e suas consequências, o Brasil teria primazia no que dizia respeito à evolução da indústria e das exportações de produtos agrícolas. De acordo com ele:

O Brasil é agora a chave econômica da paz e da prosperidade mundiais. Estou convencido de que esse país será chamado a tomar decisões de caráter mundial, as quais terão o poder de modificar para sempre sua posição entre as nações. Vou ainda mais longe. Na minha opinião, como consequência, o Brasil dominará o mundo na nova era de desenvolvimento mundial na mesma proporção que os Estados Unidos o fizeram no período compreendido entre 1880 e o início da guerra. [...] Sem a menor sombra de dúvida, este é o século do Brasil.⁹⁷

Os vários textos publicados pelo economista tinham por finalidade demonstrar as potencialidades do Brasil no pós-guerra não excluindo, contudo, o conteúdo político dessa iniciativa. O mesmo

95 Cf. “O homem que cala” in *O Estado de S. Paulo*, 31 jul. 1945, p.1.

96 Em 20 de outubro, na série de S. Harcourt-Rivington “O futuro do Brasil”: “há no Brasil, realmente, funcionando na prática uma democracia a despeito da sua diferença, na estrutura geral, em relação às democracias americana e britânica” (cf. “O futuro do Brasil – Ideias e ideais do progresso humano” in *O Estado de S. Paulo*, 20 out. 1944, p.1.

97 Cf. “O futuro do Brasil – Nos planos da paz” in *O Estado de S. Paulo*, 7 abr. 1944, p.1.

autor, na conclusão de outra série publicada anteriormente, assim caracterizava o presidente brasileiro:

O sr. Getulio Vargas é inquestionavelmente um dos “homens do momento”. [...] Sou inglês. Um economista de profissão. [...] Qualquer que seja o problema... Vargas encontra sempre a solução mais adequada para as mais diversas questões. [...] Nota-se aquele humanitarismo caloroso que caracteriza o primeiro ministro inglês, sr. Winston Churchill, e o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos. Nos negócios internacionais, o julgamento do presidente Vargas não é menos seguro. Com um instinto agudo, vê o perigo e mantém um equilíbrio que indubitavelmente corresponde aos imediatos interesses do país. [...] O presidente Vargas é inquestionavelmente o mais notável estadista que este país já produziu. Nos dias que virão, quando suas obras e realizações puderem ser encaradas e estudadas desapassionadamente, dentro da perspectiva mundial, tenho certeza de que os historiadores lhe darão o lugar que lhe cabe entre os cinco maiores estadistas da era atual.⁹⁸

Além dos colaboradores que eram responsáveis pelos comentários, destacaram-se dois outros jornalistas na defesa dos ideais e princípios do regime estadonovista: Mario Guastini e Heitor Muniz. Os textos escritos pelo primeiro, alocados ao lado de “Notas e Informações”, tinham uma essência eminentemente política e tinham por finalidade descaracterizar a oposição e seu candidato à presidência da República, brigadeiro Eduardo Gomes.

A crítica era direcionada aos elementos denominados por eles de “liberais”. No dia 13 de março de 1945, por exemplo, o diretor-geral do Deip de São Paulo escreveu um artigo no qual comentou a iniciativa de Otaviano Alves Lima⁹⁹, que ao vender seus jornais, as

98 Cf. “Homens do momento XXVI – Getulio Vargas” in *O Estado de S. Paulo*, 3 set. 1943, p.1.

99 Proprietário da Folha da Manhã, vendida em 10 de março de 1945 a José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles, disponível em <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/54edicao/folha1.htm>>, consultado em 13 ago. 2009.

“Folhas”, foi veementemente criticado por esses elementos. Segundo Mario Guastini, tal atitude:

os apóstolos do liberalismo são tão tolerantes que chegam ao ponto de querer impedir que um cidadão possa vender, ou por fora, seus bens, móveis ou imóveis. Isso, a Constituição de 1937, o DIP e os Deips nunca fizeram. Podem ser acusados, talvez, de terem, sempre que possível, ajudado certos “liberais” que somente agora deram para gritar a pureza dos seus... princípios! Mas tais pândegos se têm grandes orelhas possuem cauda não menos desenvolvida, que fica sempre de fora exposta a pisadelas nada agradáveis...¹⁰⁰

Intitulado “União Doentes Nacionais”, o artigo publicado por Mario Guastini, em 8 de agosto do mesmo ano, ridicularizava as pretensões da oposição liberal ao comentar a vitória das forças reacionárias na Inglaterra. Segundo ele:

os gastos e interesseiros patronos da candidatura da oposição condenada ao fracasso no mesmo dia do lançamento desandaram a falar grosso em torno das eleições na Inglaterra, dando a impressão de que foi a UDN a vencer o pleito. A “sua” pitoresca “democracia”, tão nossa conhecida, teria marcado o gol decisivo. [...] Afinal, graças a isso, ficou o Brasil inteiro sabendo estar o eleitorado da UDN na Grã-Bretanha.¹⁰¹

Outra estratégia utilizada pelo redator-chefe do jornal ocupado foi apresentar as críticas da oposição como um sinal, uma prova de que o regime estadonovista não era outra coisa senão uma democracia, uma vez que havia espaços para contestação. Essa postura pode ser encontrada no seu artigo de 18 de abril de 1945, no qual sustentava:

Fala o candidato opositorista em liberdade que alega não existir, quando suas próprias palavras testemunham o contrário. Se ela fosse

100 Cf. “Os famosos ‘liberais’” in *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 1945, p.3.

101 Cf. “União Doentes Nacionais” in *O Estado de S. Paulo*, 8 ago. 1945, p.3.

realmente estrangulada, poderia um militar da ativa manifestar-se em tom menos protocolar ao endereço do chefe supremo das Forças Armadas de Terra, Mar e Ar? E poderíamos nós todos, jornalistas, escrever diariamente dentro dos nossos pontos de vista, quanto bem entendêssemos? Evidentemente essa história de coação e restrição de liberdade não passa de história.¹⁰²

No mesmo mês, Heitor Muniz, que foi diretor-geral do DIP por dois dias, antes que o Decreto-lei n.7.582, de 25 de maio de 1945, o extinguisse, publicou dois artigos nos quais exprimia sua opinião acerca do problema da ordem. No primeiro deles, o jornalista asseverava que: “o grande problema hoje no Brasil é o primado da ordem. Daí decorre todo o mais que é necessário para nos reintegrarmos plenamente no regime democrático representativo. A guerra modificou, por completo, a face política e social das coisas”. As modificações ocasionadas em virtude da guerra e a batalha pelo comando político do país foram analisadas pelo jornalista com a finalidade de justificar as ações do regime no que concerne às eleições. De acordo com ele,

Devemos ter ainda em consideração a existência, entre os Aliados, de vários governos que não saíram de eleições, como o governo da China, o governo do general De Gaulle, o governo de Benes, os governos polonês, holandês, grego, inglês, iugoslavo, belga e vários outros que nem por isso deixarão de ser admitidos à Conferência de Paz. [...] O Governo poderia ter estabelecido para a eleição do presidente da República o sistema de eleição indireta seguido pela América do Norte, e a ninguém seria lícito articular que não estivesse em companhia muito boa.¹⁰³

Heitor Muniz também escreveu sobre as modificações previstas no funcionamento do sistema capitalista. Ao realizar um balanço da guerra, sobre esse tema ele afirmava que:

102 Cf. “A entrevista do candidato da oposição” in *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 1945, p.3.

103 Cf. “O primado da ordem” in *O Estado de S. Paulo*, 6 abr. 1945, p.4.

A humanidade sofreu muito nesses últimos anos, milhares de vidas preciosas se perderam nos campos de batalha, defendendo um ideal, há muitos lares infelizes, no mundo inteiro, pelos sacrifícios que fizeram, na maior hecatombe da história, para que depois de tudo isso os donos de *trusts*, de monopólios e de latifúndios continuem engordando pela exploração, e as criaturas de todas as condições, homens e mulheres, velhos e crianças, permaneçam na servidão econômica, só conhecendo de sua passagem pela existência o capítulo das infelicidades humanas.¹⁰⁴

Ao fazer a crítica dessas práticas que compõem o sistema capitalista, o autor citou, em outro artigo, as diversas leis criadas pelo presidente Getulio Vargas na área trabalhista, demonstrando sua preocupação com o aspecto da justiça social e assinalava que “a lei contra os *trusts* tem o apoio do povo. Contra as maquinações ad plutocracia reacionária, é o próprio povo que a sustenta, dando o seu apoio ao Governo para que a mantenha com firmeza”.¹⁰⁵

Ao perceber as modificações que vertiginosamente ocorriam tanto no campo das relações internacionais quanto nacionais, o presidente Getulio Vargas fez um discurso no qual afirmava, textualmente, que não seria candidato a um novo mandato.¹⁰⁶ Ao comentar essas transformações decorrentes da guerra, ele afirmou que:

104 Cf. “Trusts, monopólios e latifúndios” in *O Estado de S. Paulo*, 1º jul. 1945, p.4. O discurso de Heitor Muniz se coaduna com a atividade política governista daquela época, de aproximação entre Getulio Vargas e os comunistas. De acordo com Antônio Mendes de Almeida Júnior (1997, p.236), “essa aliança tática entre o varguismo e os comunistas se solidifica após a decretação da lei antitruste (conhecida como ‘Lei Malaia’), que entraria em vigor em princípios de agosto”.

105 Cf. “Capitalismo reacionário, capitalismo progressista” in *O Estado de S. Paulo*, 28 jul. 1945, p.6.

106 Na verdade, apesar desse discurso, é sabido que havia desconfianças de amplos setores da sociedade que temiam as manobras do presidente para continuar no poder. O apelo das massas, mobilizadas pelos comunistas, era um exemplo dessa apreensão que só terminou com a renúncia de Getulio Vargas articulada pelo Exército. Para detalhes da crise que levou à queda do Estado Novo, ver Almeida Júnior (1997).

passou a época em que a igualdade política exclusiva bastava para assegurar o equilíbrio social. E quem negar na atualidade o primado dos interesses coletivos sobre os individuais é confessadamente um reacionário. [...] Mas a revisão de valores que se anuncia não poderá processar-se com o retorno ao individualismo desordenado que originou os “trusts” e os monopólios nacionais e internacionais que são uma das causas da atual conflagração. Essa revisão deverá ser econômica pela forma e espiritual pelo conteúdo. [...] Enquanto eles – os brasileiros que lutam na Itália – dão a vida pela nossa grandeza, não podemos afundar-nos na anarquia, sucumbir às paixões subalternas e estéreis. [...] Não tenho interesses pessoais em causa, não tenho inimigos senão os que forem dos interesses da minha pátria; não cultivo ódio; não exercerei vinganças e nem praticarei violências. Marchemos, pois, com elevação de propósito, para o prélio pacífico das urnas, onde o povo escolherá soberanamente os seus dirigentes e seus representantes. [...] Nada reclamo para mim. Não sou candidato. [...] Tudo o que desejo é entregar, num ambiente de calma e segurança, a suprema direção do país a quem for legitimamente escolhido para substituir-me.¹⁰⁷

Pelo excerto, não há como negar que o presidente possuía um senso de realidade muito acurado. Se lembrarmos do discurso por ele proferido a bordo do *Minas Gerais*, no qual, no momento de vitórias das forças do Eixo, declarou que os regimes liberais estavam em ruínas e só aos fortes pertenceria o porvir, o que se via era a percepção de que as democracias viviam o período mais crítico de toda a sua história e a tentativa de plasmar o Estado Novo no bojo desses regimes que venciam as batalhas militares e políticas.

Nesse segundo discurso, porém, ele reconheceu a mudança não só econômica, mas também espiritual, na opinião pública e acentuou que os interesses coletivos deveriam suplantar os individuais na nova era que começaria no pós-guerra. Essa constatação, contudo, tinha

107 Cf. “Discurso do presidente Vargas”, in *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 1945, p.1.

uma conotação eminentemente política, uma vez que, por meio das ações voltadas aos trabalhadores, ele tinha se colocado a favor desses interesses.

A vitória das Nações Unidas colocou fim ao Estado Novo. Ao contrário do que esperavam os “famosos liberais”, o país não elegeu o candidato da oposição. Pelo contrário. Assistiu-se ao movimento queremista e à vitória do general Eurico Gaspar Dutra, candidato da situação. Mais uma vez o projeto, a luta, a causa pela qual lutara Julio de Mesquita Filho e outros integrantes do *grupo do Estado* fora derrotada. Em dezembro de 1945, o jornal foi devolvido aos antigos proprietários, coroando de êxito uma dessas lutas. Após esses cinco anos de ocupação, que não são contabilizados na história do periódico, muita coisa mudou no Brasil e no mundo. O que se manteve nos discursos foi uma indelével indisposição contra o passado e o que simbolizou, para o país, não só o Estado Novo, mas sua figura central, Getulio Vargas.